

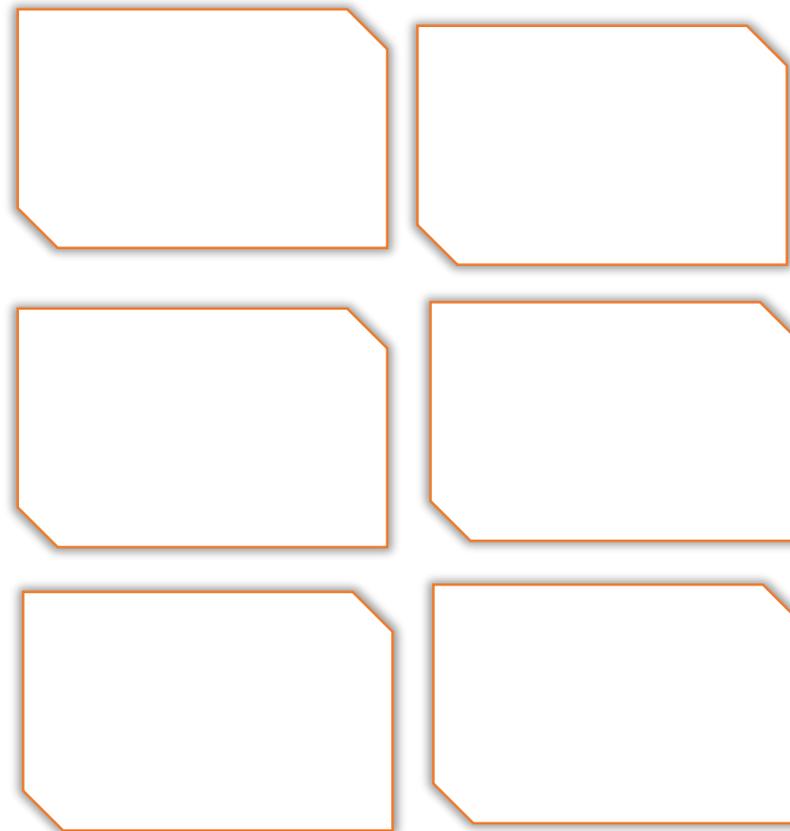
# 70<sup>a</sup>

## Reunião Geral Frente Nacional de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



Maestro Carlos Gomes



# Perspectivas das finanças municipais para os novos mandatos

José Roberto Afonso

Reunião Geral Frente Nacional de Prefeitos

Campinas/SP, 29/11/2016



# Sumário

---

- ✓ Macroeconomia
- ✓ Finanças Municipais
- ✓ Perspectivas & Potenciais



# Inovação

---

- Cidades demandam cada vez mais e melhores serviços públicos com mesmo ou menos recursos.
- Prestação de serviços e financiamentos continuam presos a modelos antigos e limitados.
- Há enorme potencial de geração própria de recursos por explorar na maioria das cidades brasileiras, a começar por IPTU, mesmo ISS, taxas (lixo) e contribuições (iluminação e melhoria), até mesmo endividamento bancário.
- É urgente diminuir dependência das transferências do ICMS (imposto obsoleto) e FPM (base de cálculo cada vez mais deprimida e mais volátil), e melhor acompanhar FUNDEB e SUS.
- Para além do ajuste fiscal, são necessárias reformas institucionais para promover consolidação fiscal e ao mesmo tempo repactuar federação.



---

# Macroeconomia



# Recessão acabou?

## Taxa de variação trimestral do PIB

Na comparação com trimestres imediatamente anteriores, em %



Fonte: Monitor do PIB/FGV

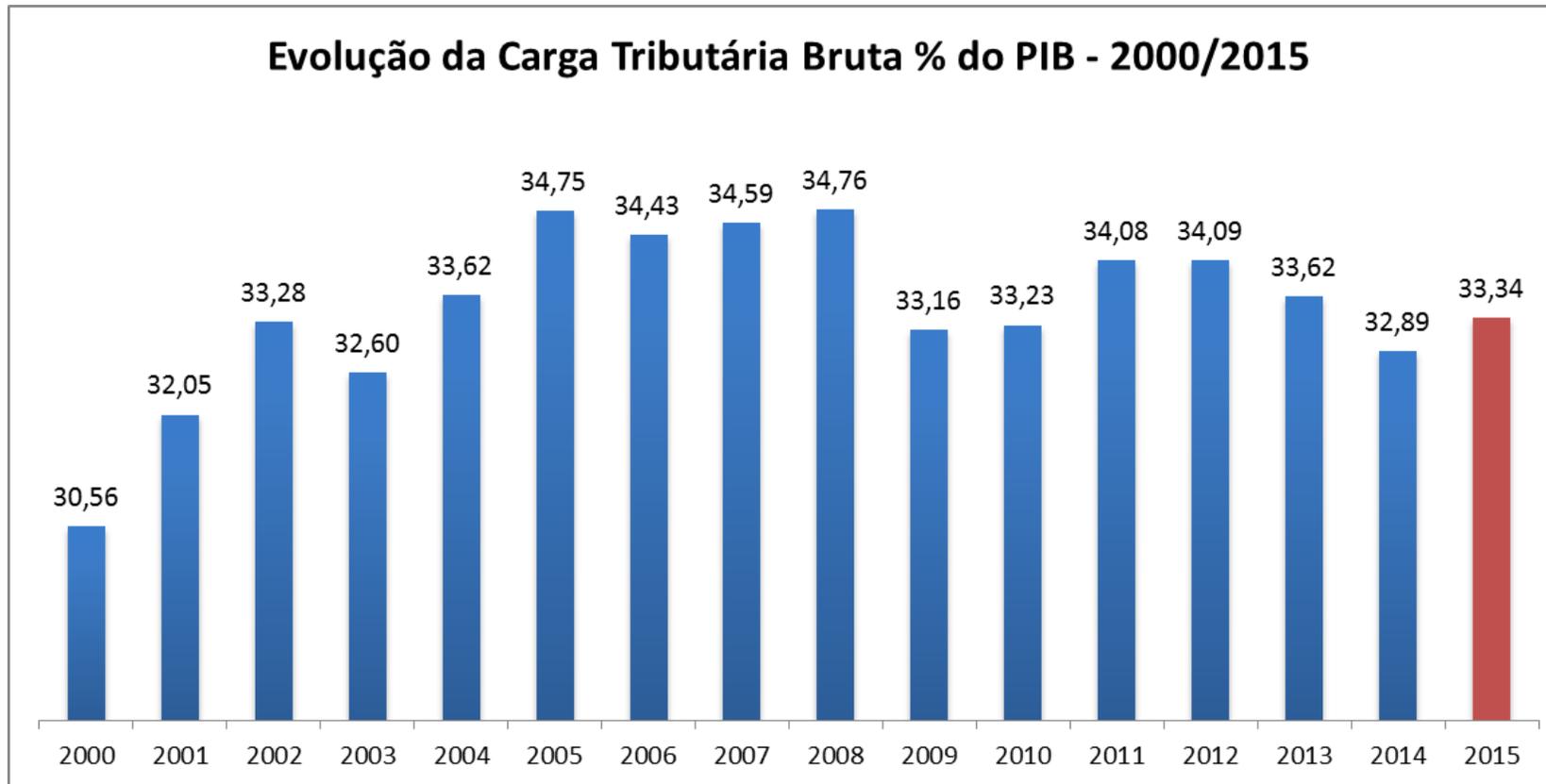
70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Carga Tributária *Decrescente*



Fonte: Elaboração própria.

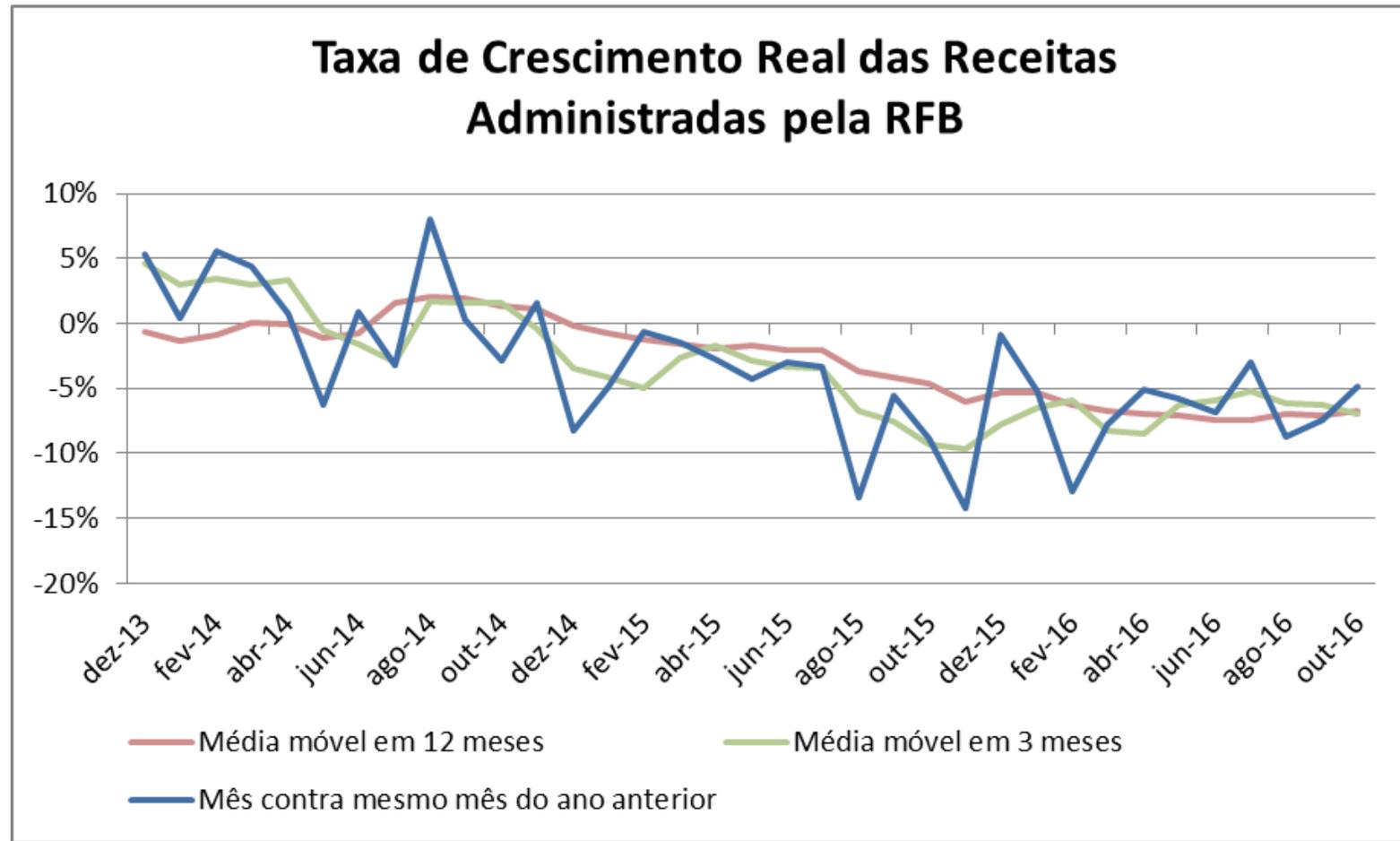
70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Receita Federal *patinando*



Fonte: Elaboração própria.

70<sup>a</sup>

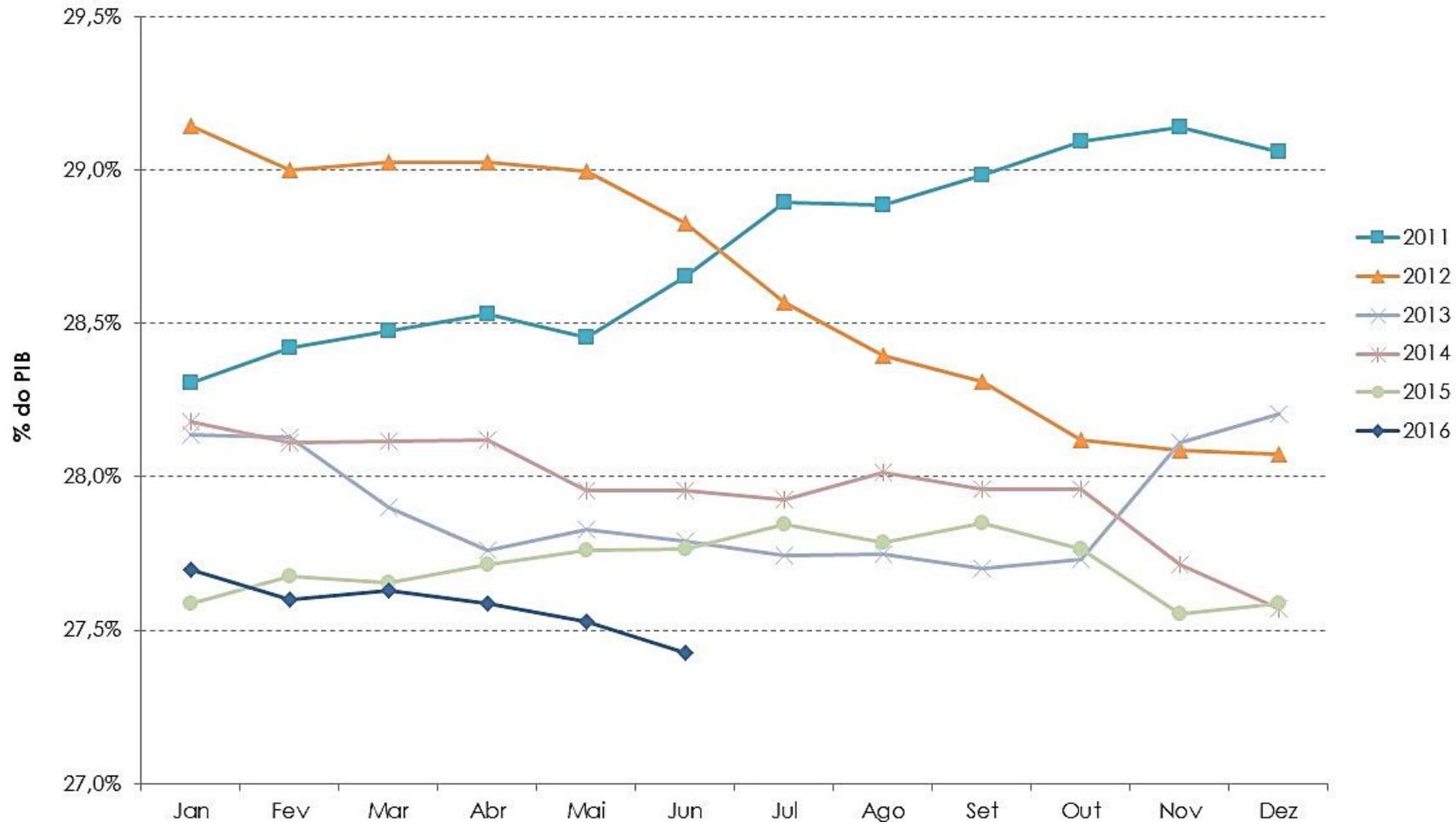
Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP





# Termômetro tributário *muito baixo*



# Despesas Federais *Expansionista*

## O gasto sobe

Evolução das despesas primárias da União - em R\$ bilhões

	2014	2015*	2016**	Varição 2016-2015 (%)
1 Benefícios previdenciários	394,2	436,1	510,2	17
2 Pessoal e encargos sociais	222,4	238,5	259,4	8,8
3 Outras despesas obrigatórias	154,1	195,6	204,8	4,7
3.1 Abono e seguro-desemprego	53,9	47,5	56,3	18,6
3.2 Benefícios da Loas	38,5	42,5	49,1	15,4
3.3 Compensação desoneração da folha	18,1	25,4	18,5	-27,2
3.4 Outros	43,6	105,6	93,1	-11,4
4 Despesas discricionárias***	268,1	242,6	281,8	16,2
5 Despesa total	1.038,8	1.112,8	1.256,2	12,9

Fonte: STN e Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias, 5º bimestre/2016. Elaboração: Valor Econômico S/A  
\*A despesa da União de 2015 exclui pagamento de R\$ 45,9 bi de passivos relativo a exercícios anteriores, as chamadas "pedaladas fiscais". \*\*Foi incorporada à despesa total de 2016 a margem de R\$ 16,2 bi, que será usada para quitar restos a pagar. \*\*\*As despesas discricionárias em cada ano incluem os gastos do Legislativo e do Judiciário

Fonte: Ribamar Oliveira (Valor Econômico – “Temer executa política fiscal expansionista”)

70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Ambiente macroeconômico

---

- **Inóspito para gestor fiscal:** recessão ou estagnação com inflação reduzida – reduz impacto de não reajustar contratos e atrasar pagamentos.
- ***Banco do fornecedor e servidor:*** não pagar e até não empenhar tradicional opção para maioria das prefeituras e agora também estados - esbarra na dificuldade para fornecedor se financiar
- **Pressão para gasto:** desemprego e crise provocam inevitável e forte pressão sobre gastos públicos, sobretudo acesso a rede pública de educação e saúde – sem condições de contratar mais e justo quando decrescem repasses do FUNDEB e do SUS

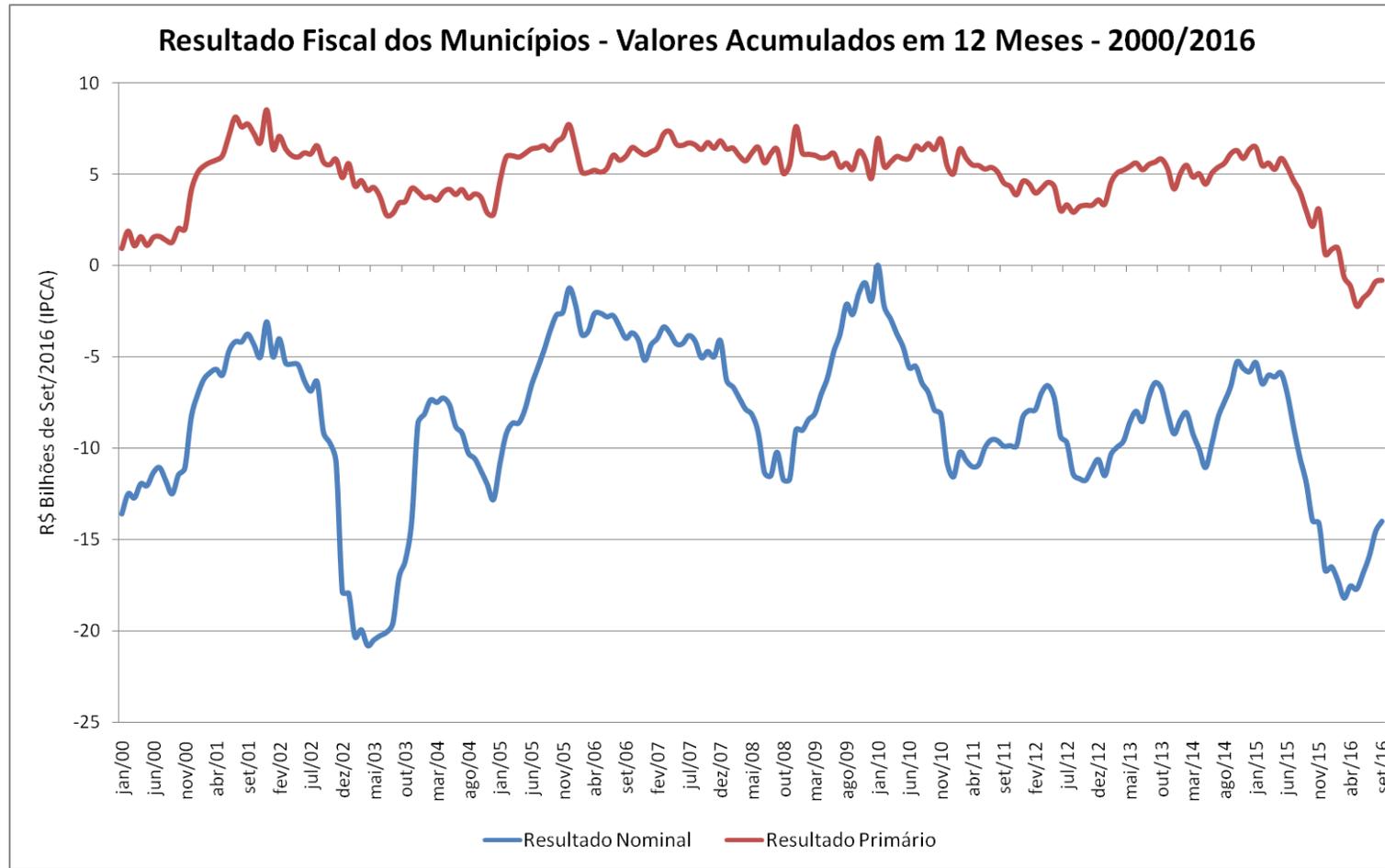


---

# Finanças Municipais



# Resultado Fiscal Nacional – municípios



Fonte: Elaboração própria.

70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Trajetória Fiscal: Balanços municipais

## RESULTADOS FISCAIS 2010 - 2015

R\$ MILHÕES 2015\*

Rubricas	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Global	5.978	5.387	5.439	3.772	-641	-482
Resultado Corrente	33.308	40.307	37.132	32.412	30.122	27.499
Resultado Primário	6.499	4.781	(635)	5.916	(5.182)	(7.533)

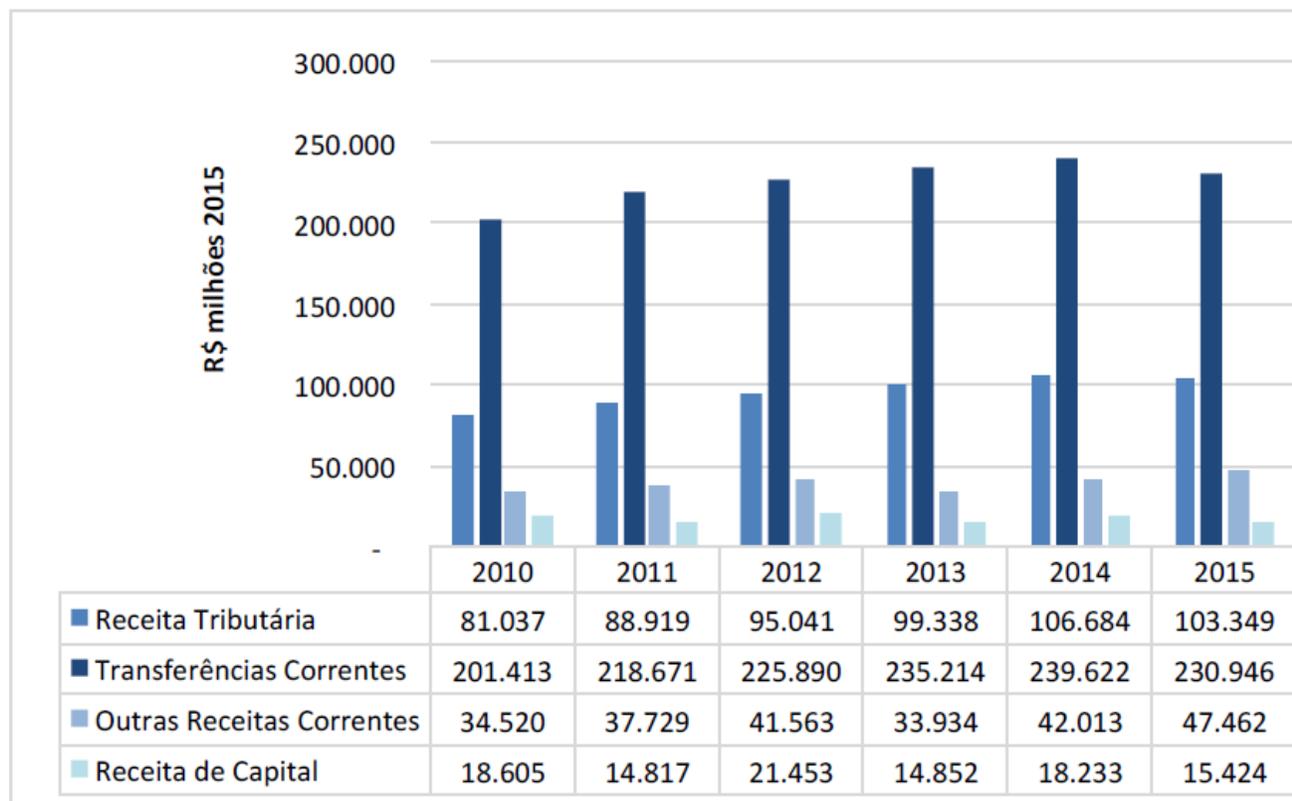
\*Valores a preços de 2015, pelo IPCA médio

Fonte: Garson (2016).



# Trajetória Fiscal: Receita

## PRINCIPAIS COMPONENTES DA RECEITA 2010 - 2015



Fonte: Garson (2016).

70<sup>a</sup>

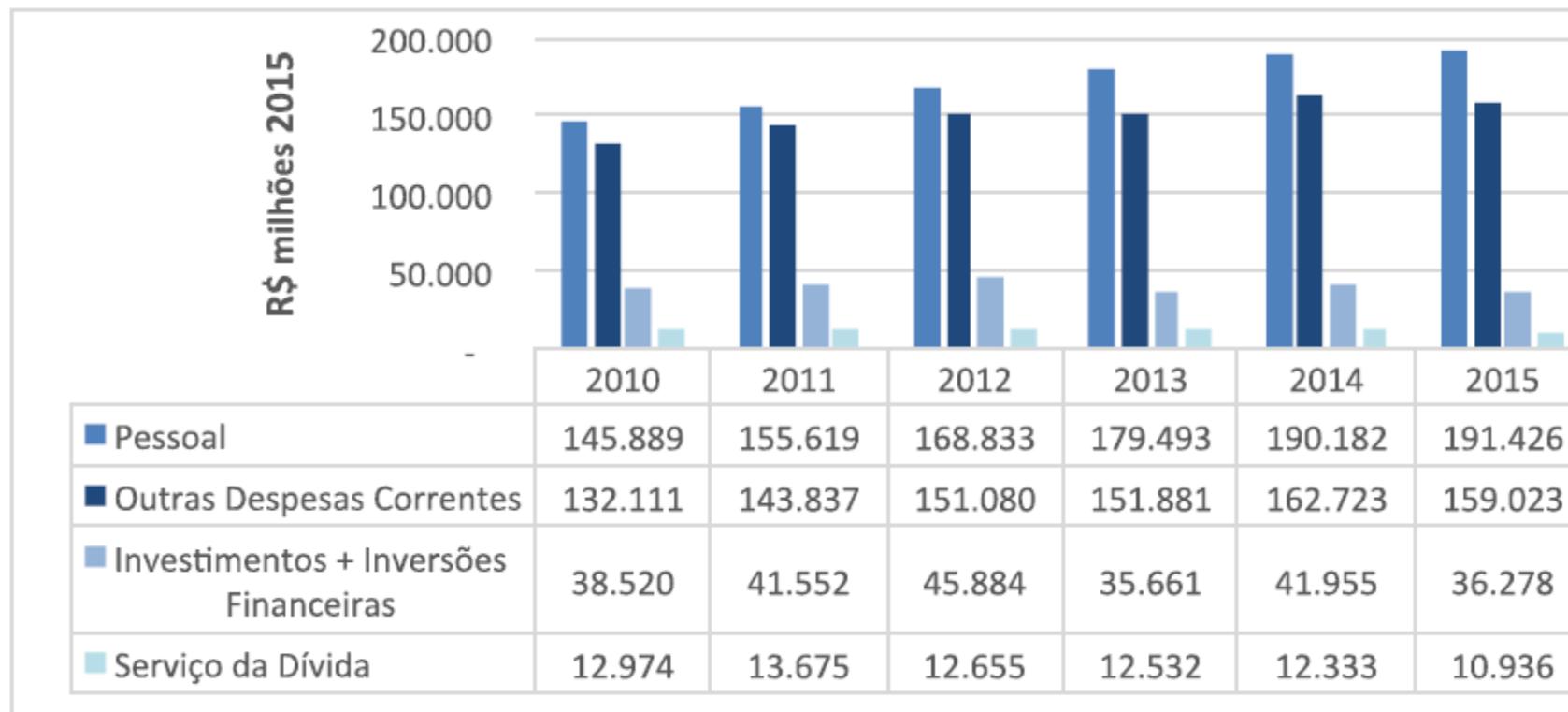
Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Trajetória Fiscal: Despesa

## PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA - 2010 - 2015



Fonte: Garson (2016).

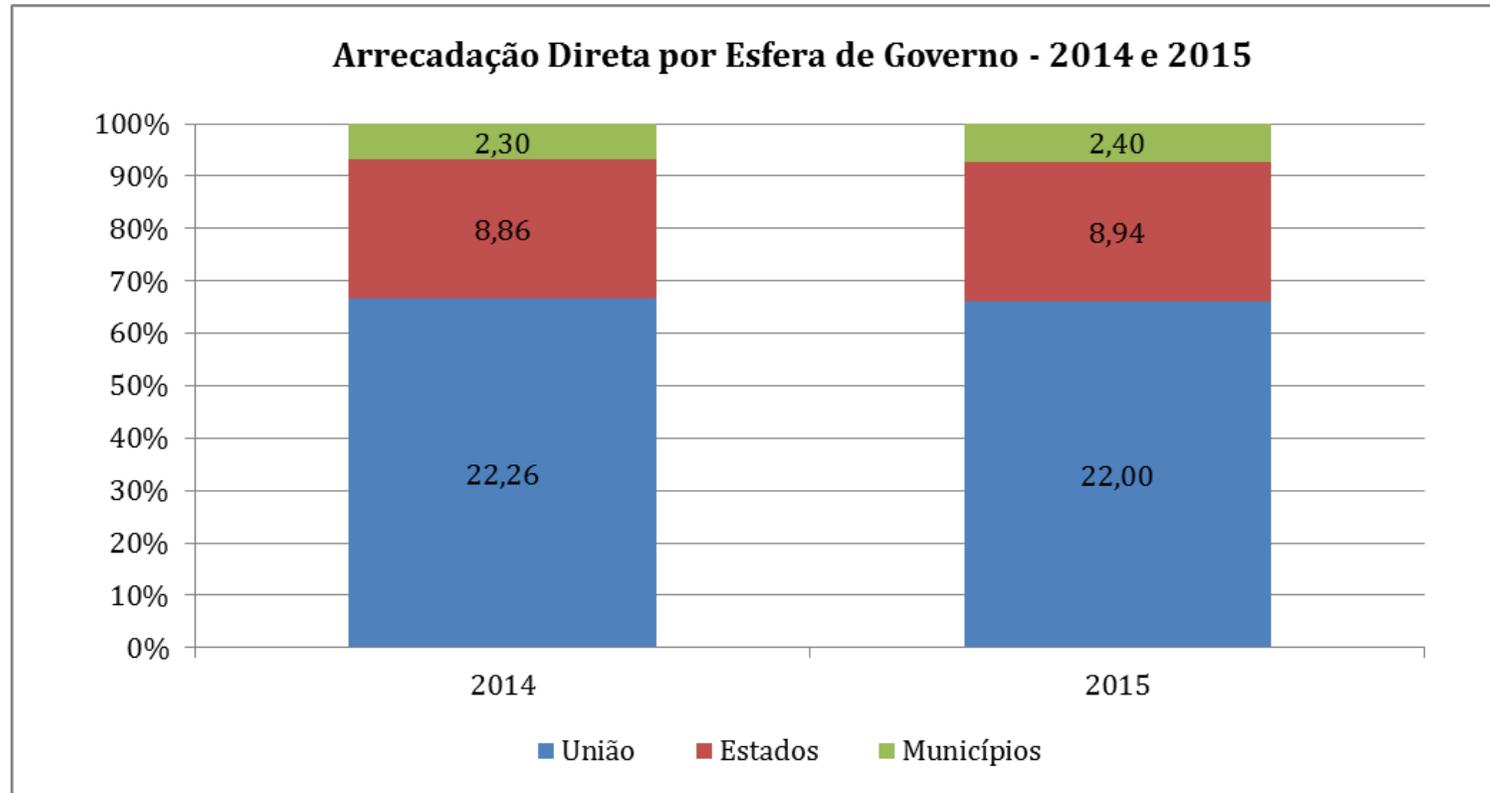
70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



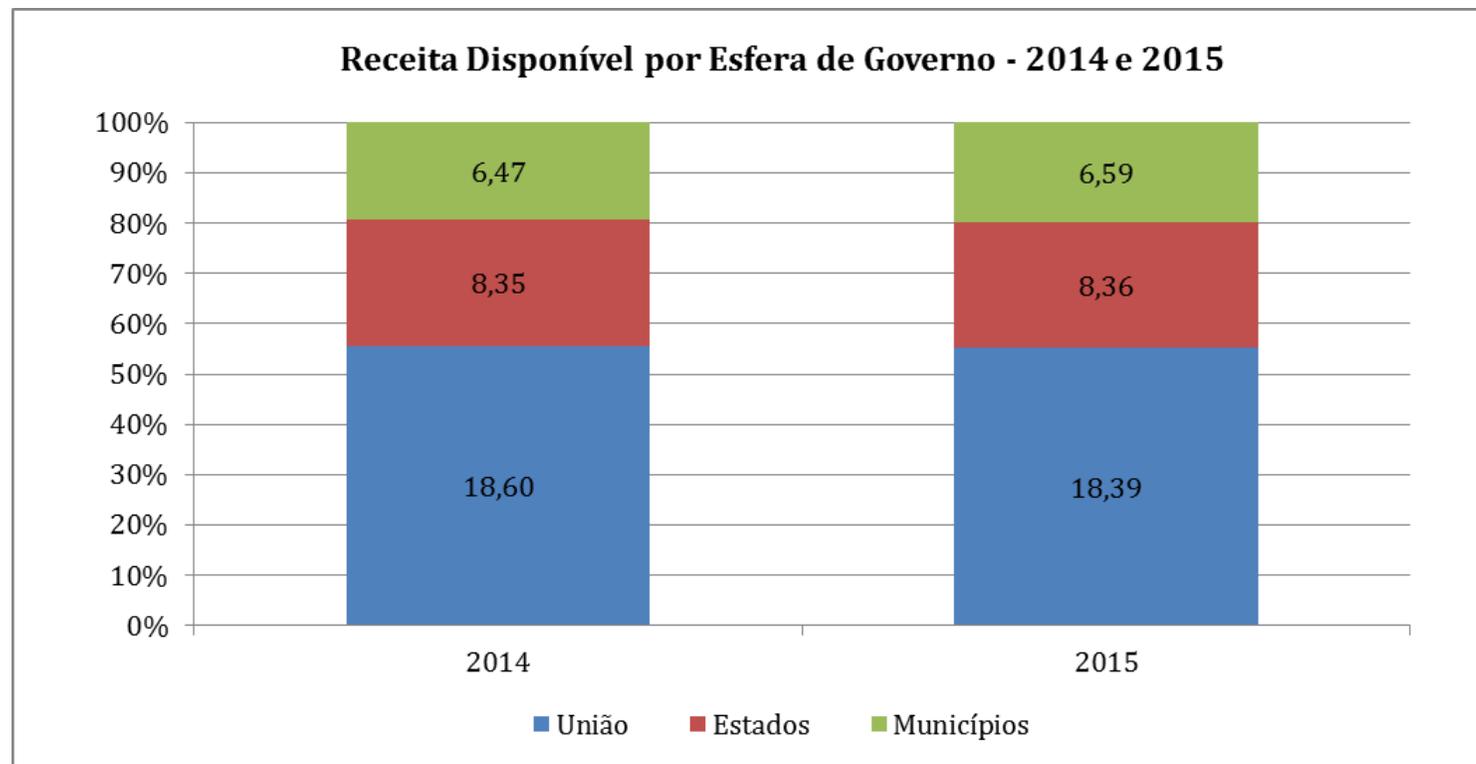
# Divisão da Arrecadação Direta



Fonte: Elaboração própria.



# Divisão da Receita Disponível



Fonte: Elaboração própria.



# Divisão da Receita Disponível

## EVOLUÇÃO DA DIVISÃO FEDERATIVA DA RECEITA TRIBUTÁRIA POR NÍVEL DE GOVERNO (conceito contas nacionais)

Conceito	Central	Estadual	Local	Total	Central	Estadual	Local	Total
	Carga - % do PIB				Composição - % do Total			
<b>ARRECADAÇÃO DIRETA</b>								
1960	11,14	5,45	0,82	<b>17,41</b>	64,0	31,3	4,7	100,0
1970	17,33	7,95	0,70	<b>25,98</b>	66,7	30,6	2,7	100,0
1980	18,31	5,31	0,90	<b>24,52</b>	74,7	21,6	3,7	100,0
1990	19,29	8,52	0,97	<b>28,78</b>	67,0	29,6	3,4	100,0
2000	20,38	8,45	1,73	<b>30,56</b>	66,7	27,6	5,7	100,0
2010	22,36	8,81	2,07	<b>33,23</b>	67,3	26,5	6,2	100,0
2013	22,66	8,76	2,19	<b>33,62</b>	67,4	26,1	6,5	100,0
2014	21,91	8,72	2,26	<b>32,89</b>	66,6	26,5	6,9	100,0
2015	22,00	8,94	2,40	<b>33,34</b>	66,0	26,8	7,2	100,0
<b>RECEITA DISPONÍVEL</b>								
1960	10,37	5,94	1,11	<b>17,41</b>	59,5	34,1	6,4	100,0
1970	15,79	7,59	2,60	<b>25,98</b>	60,8	29,2	10,0	100,0
1980	16,71	5,70	2,10	<b>24,52</b>	68,2	23,3	8,6	100,0
1990	16,95	7,94	3,89	<b>28,78</b>	58,9	27,6	13,5	100,0
2000	17,07	8,16	5,33	<b>30,56</b>	55,9	26,7	17,5	100,0
2010	18,76	8,34	6,13	<b>33,23</b>	56,5	25,1	18,4	100,0
2013	19,13	8,20	6,29	<b>33,62</b>	56,9	24,4	18,7	100,0
2014	18,31	8,22	6,36	<b>32,89</b>	55,7	25,0	19,3	100,0
2015	18,39	8,36	6,59	<b>33,34</b>	55,2	25,1	19,8	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de STN, SRF, IBGE, Ministério da Previdência, CEF, Confaz e Balanços Municipais.

Metodologia das contas nacionais inclui impostos, taxas e contribuições, inclusive CPMF, FGTS e royalties, bem assim dívida ativa.

Receita Disponível = arrecadação própria mais e/ou menos repartição constitucional de receitas tributárias e outros repasses compulsórios.

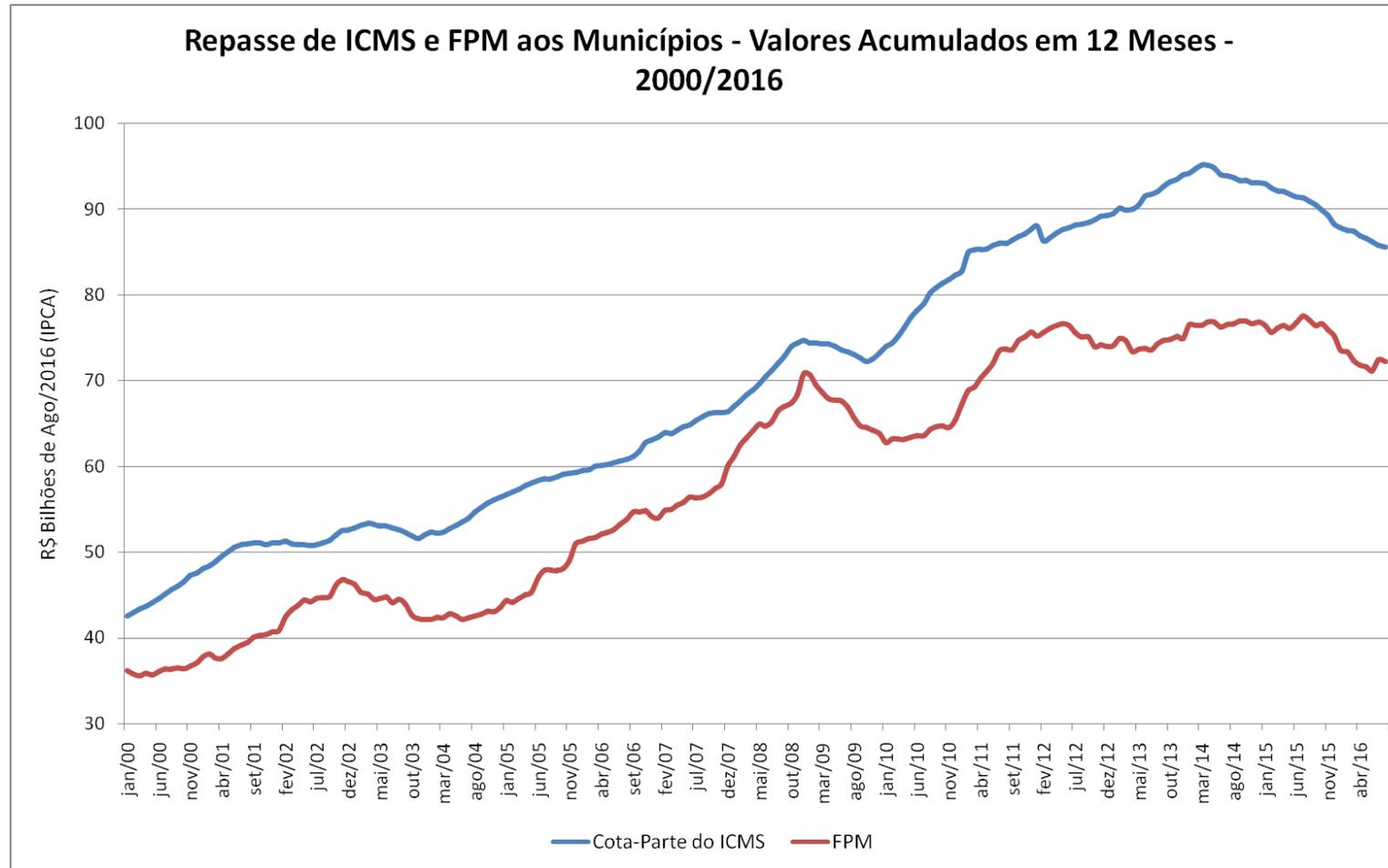
70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Transferências constitucionais: FPM & ICMS



Fonte: Elaboração própria.

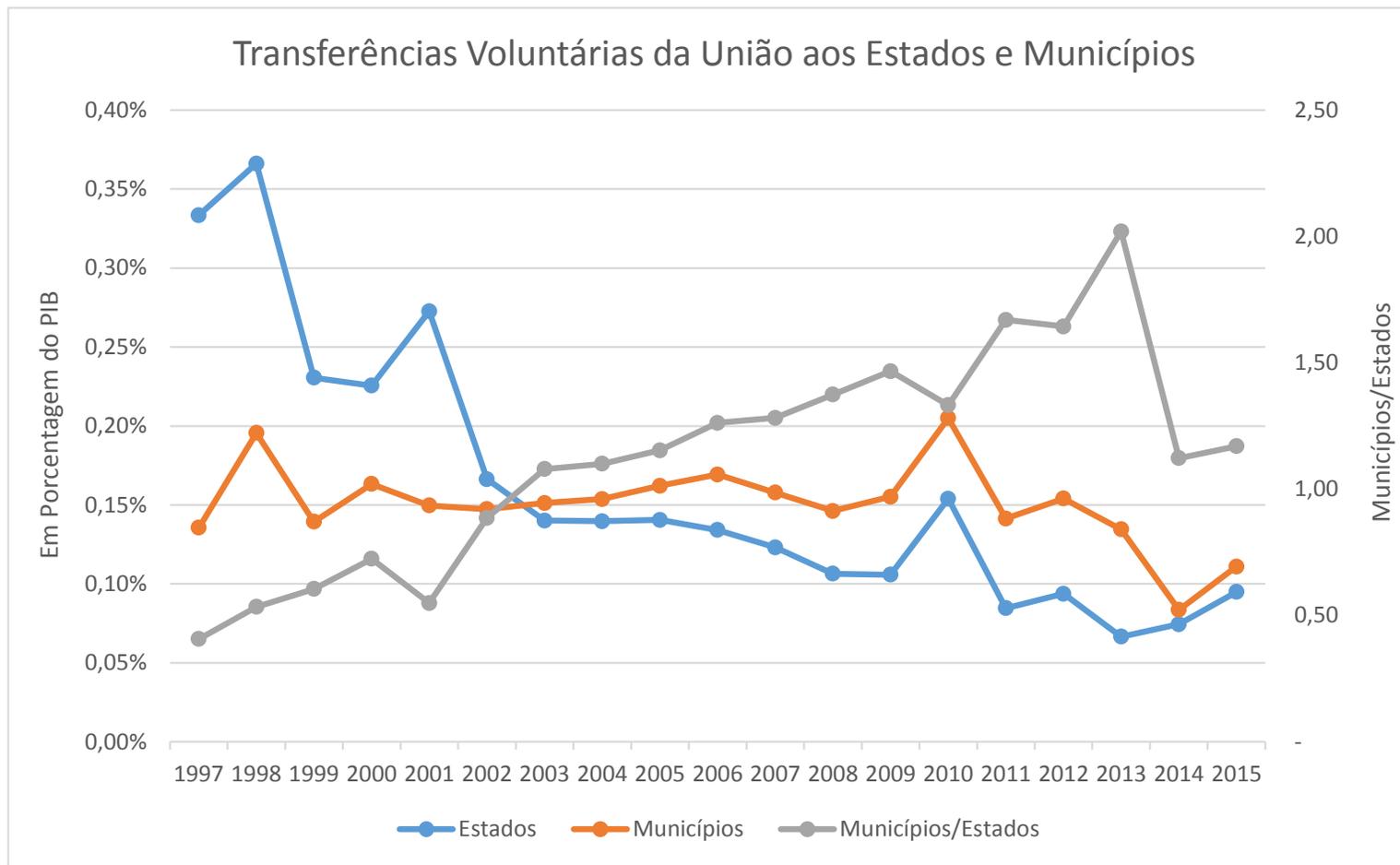
70<sup>ª</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Transferências Voluntárias



**Exercício 2015**  
 Receita Municipal Consolidada:

**Transferências de Capital:**  
 R\$ 8,26 bilhões

X

**ITBI (arrecadação):**  
 R\$ 8,62 bilhões

Fonte: Sol Garson

Fonte: STN

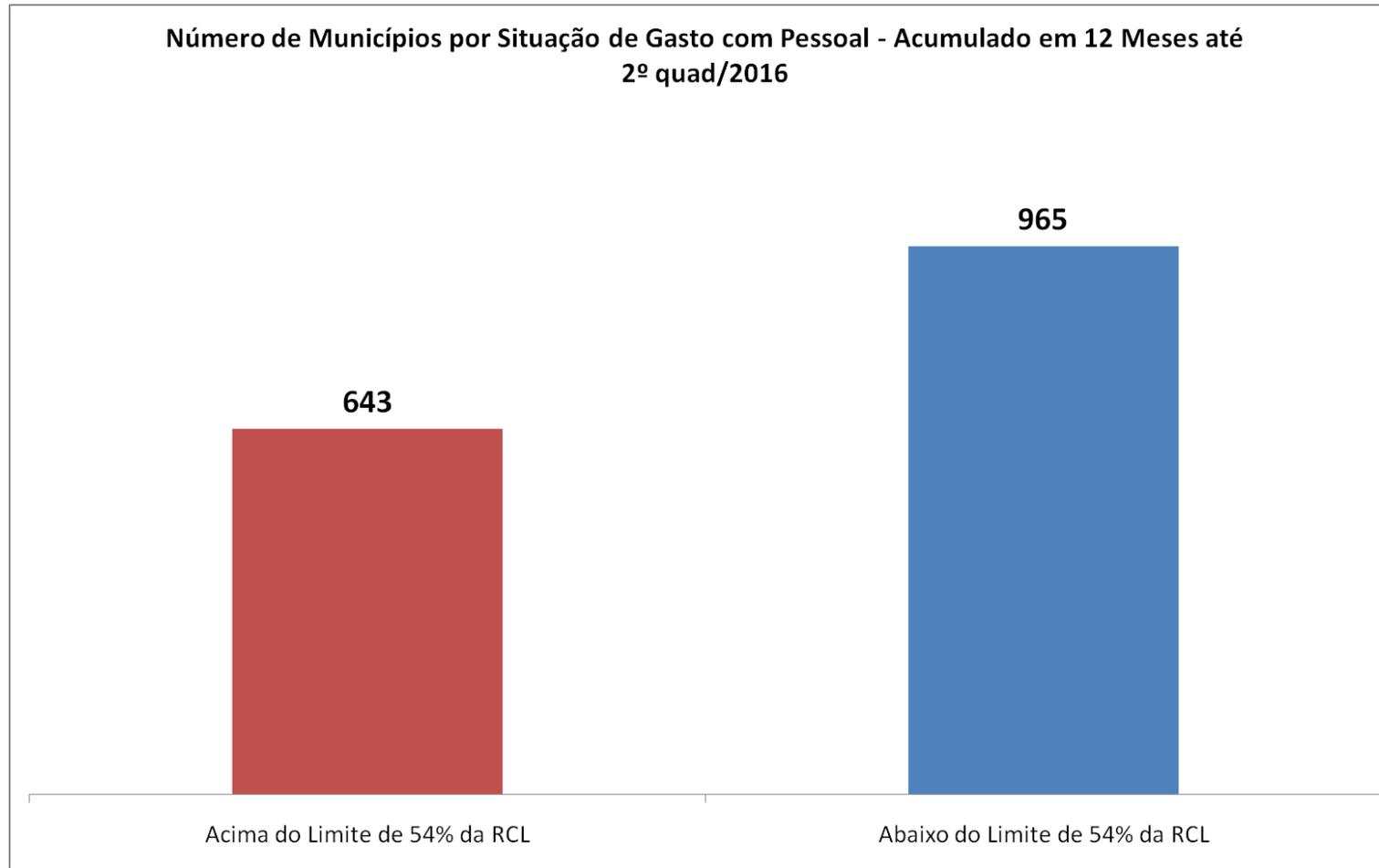
70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
 Frente Nacional  
 de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
 Campinas / SP



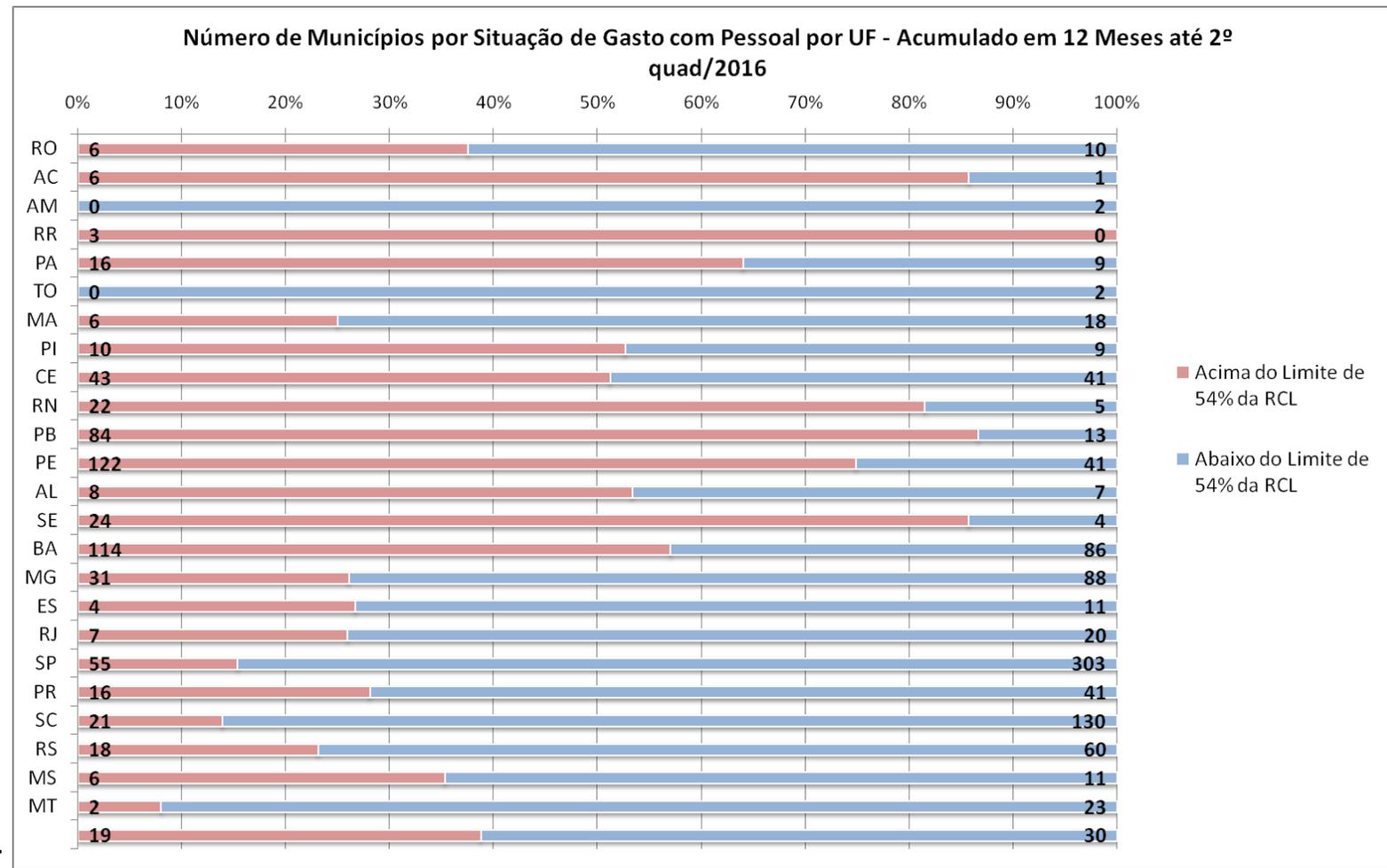
# Gasto com Pessoal x LRF



Fonte: Elaboração própria.



# Gasto com Pessoal por UF



Fonte: Elaboração própria.

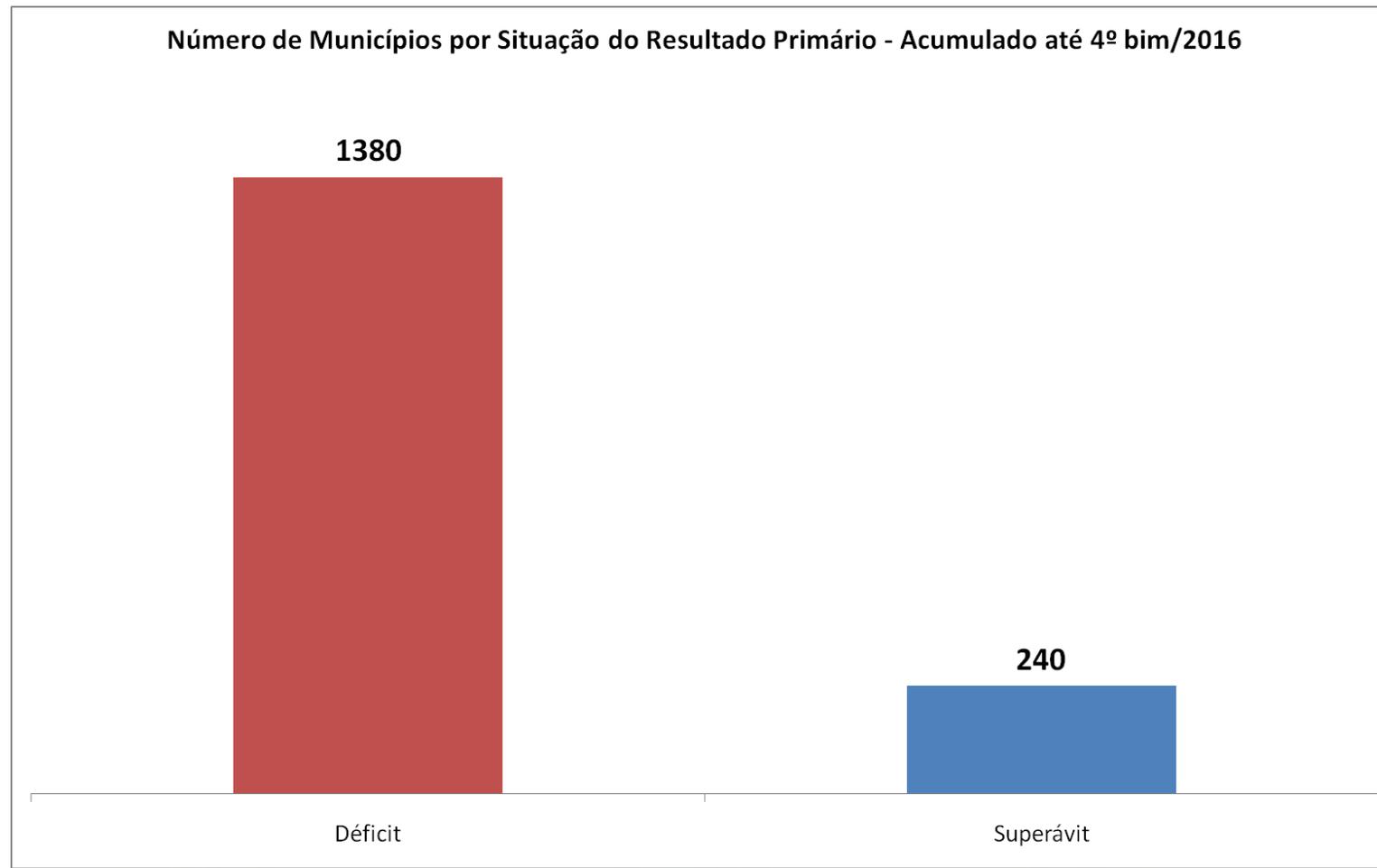
70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Resultado primário LRF – Agosto/2016



Fonte: Elaboração própria.

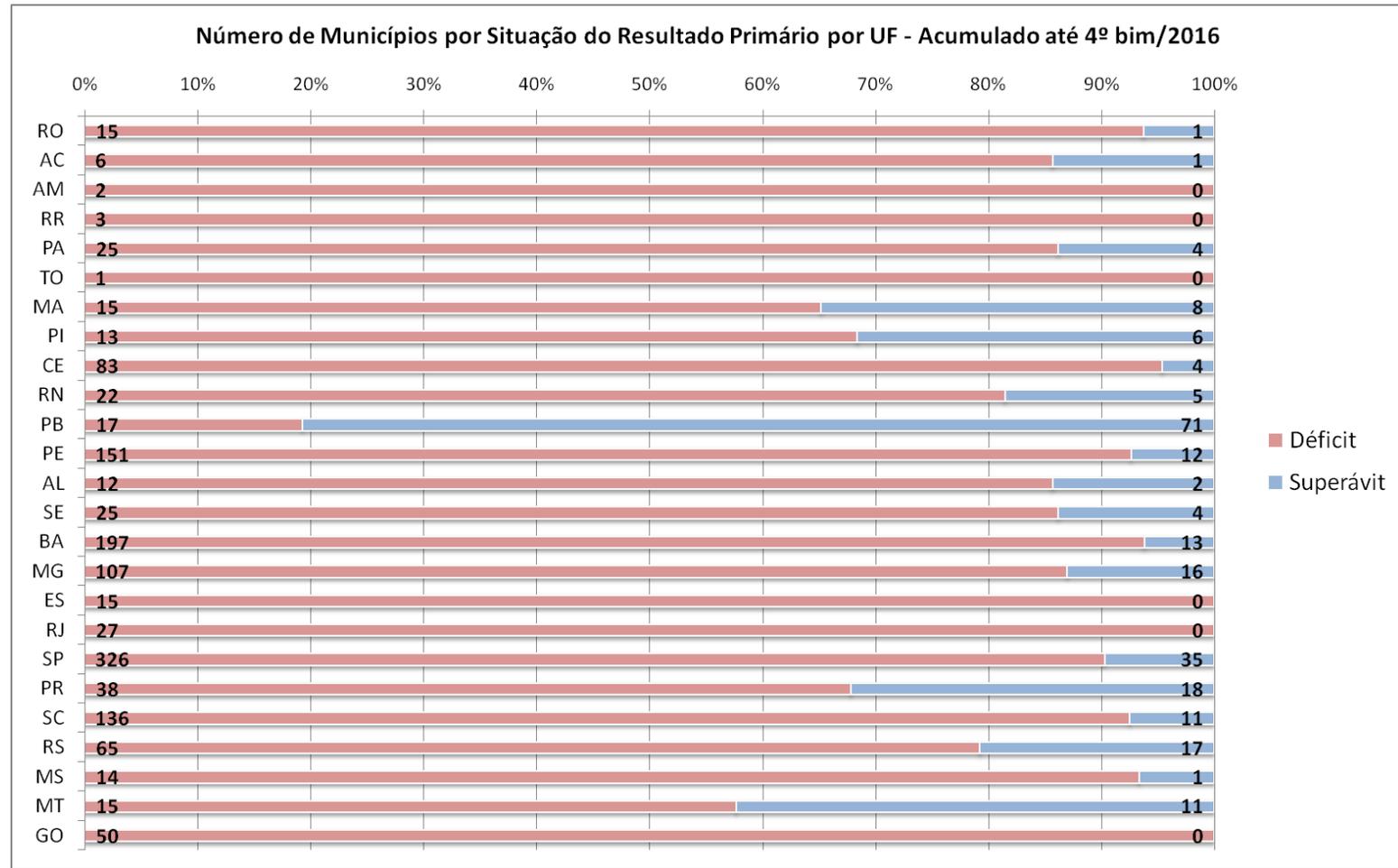
70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Resultado primário LRF – Agosto/2016



Fonte: Elaboração própria.

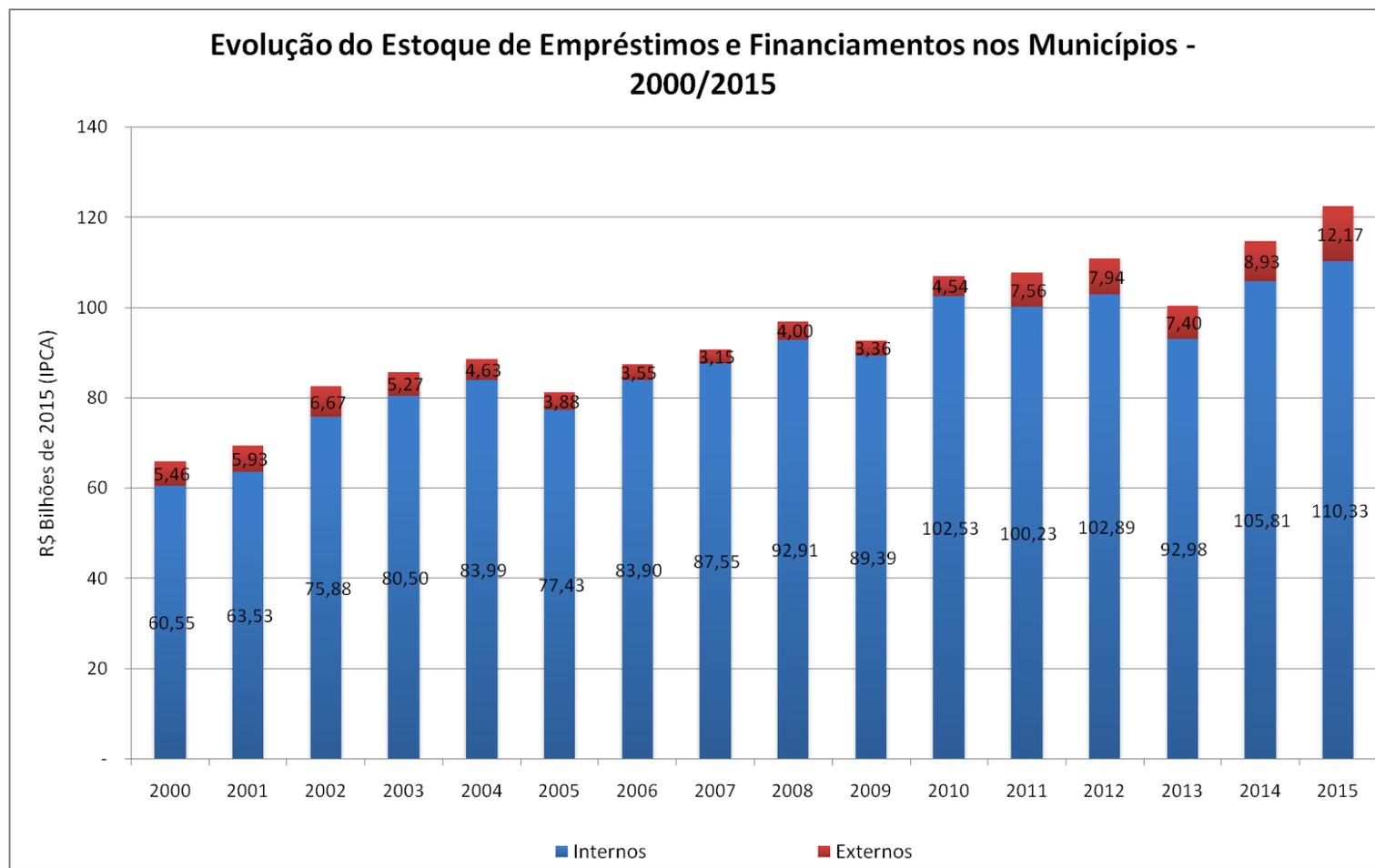
70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Financiamentos



Fonte: Elaboração própria.

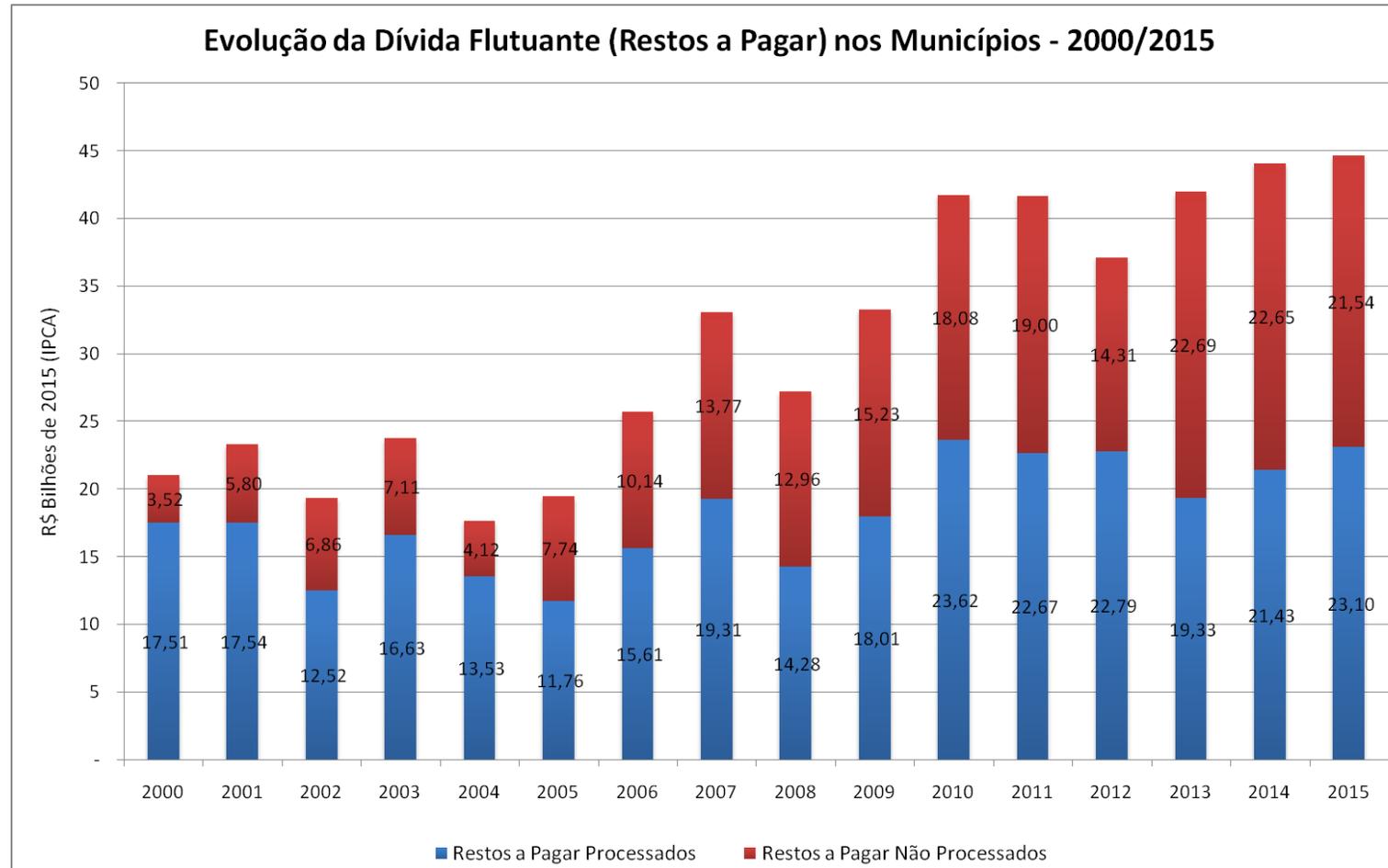
70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Dívida Flutuante



Fonte: Elaboração própria.

70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP

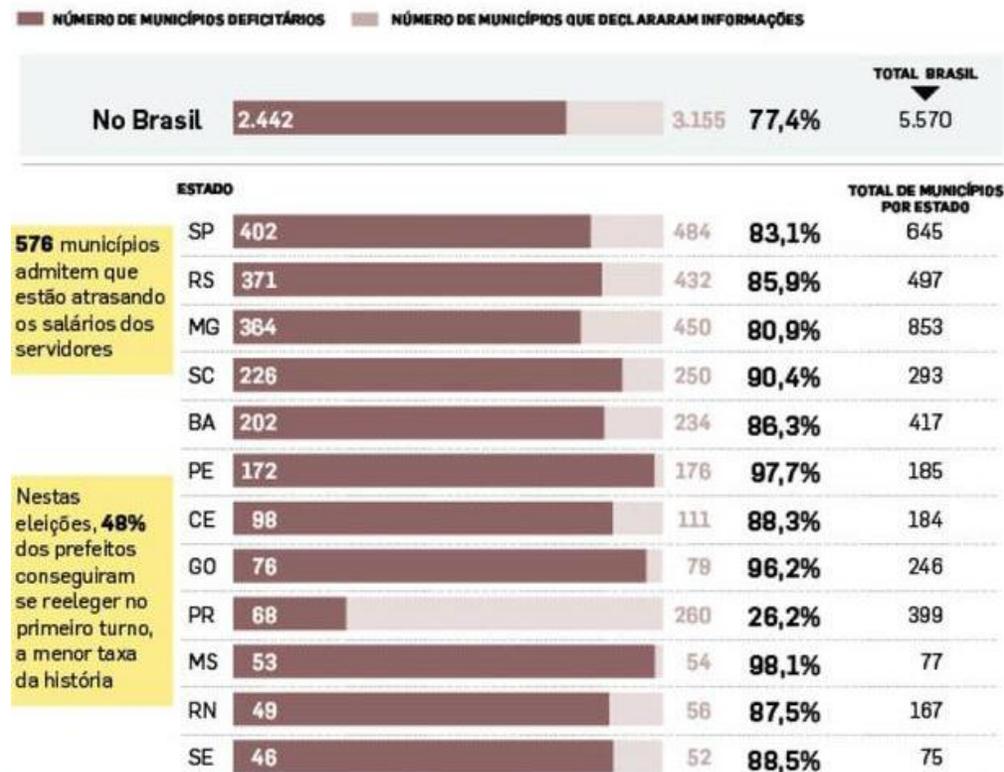


# Bomba fiscal para novos administradores

## QUASE FALIDOS

● Com queda real de 6,5% na principal fonte de recursos, praticamente oito em cada dez municípios brasileiros estão no vermelho; o quadro pode ser pior porque 2.415 ainda não prestaram contas este ano

**Pelo menos 2.442 municípios apresentam déficit**



70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Calamidade Financeira

## Cidades que decretaram estado de Calamidade Financeira

Água Comprida/MG	Japeri/RJ
Americana/SP	Joaíma/MG
Belford Roxo/RJ	Pedrinópolis/MG
Betim/MG	Perdizes/MG
Bom Jesus do Norte/ES	Pirajuba/MG
Campo Florido/MG	Planura/MG
Canindé do São Francisco/SE	Sacramento/MG
Comendador Gomes/MG	Salinas/MG
Conceição das Alagoas/MG	São João Nepomuceno/MG
Delta/MG	São José do Campestre/RN
Fronteira/MG	São Tomé/RN
Frutal/MG	Seropédica/RJ
Garrafão do Norte/PA	Teresópolis/RJ
Ibiá/MG	Uberaba/MG
Itabira/MG	Veríssimo/MG
Itapagipe/MG	Vespasiano/MG

## Estados que decretaram estado de Calamidade Financeira

Rio de Janeiro

Rio Grande do Sul

70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



---

# Perspectivas & Potenciais



# Recomendações

---

- **Desafio social x fiscal:**
  - municípios respondem cada vez mais pelo gasto social universal, sobretudo em educação e em saúde; na recessão, são ainda mais pressionados
  - ajuste fiscal mais duro por falta de alternativas de financiamento externo
- **Modernização da gestão:**
  - profissionalização da gestão – avaliação de desempenho de atividades e servidores
  - Investimentos em modernização – enorme potencial da *Quarta Revolução (e-governo)*
  - Suporte técnico e financeiro do governo federal
  - Concessões e parcerias público-privadas
- **Financiamento:**
  - resgate do IPTU e inovação em novas fontes



# Despesa Primária *descentralizada/municipalizada*

## Estrutura da Despesa Líquida 2013

RUBRICAS	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS	TOTAL	%
Despesa Líquida* (R\$ milhões)	1.144.348	534.218	399.456	2.078.023	
Despesa Líquida	55,1	25,7	19,2	100,0	
Despesas Correntes	53,4	26,0	20,7	100,0	
Pessoal e Encargos Sociais	32,3	38,5	29,2	100,0	
Juros e Encargos da Dívida	84,3	13,2	2,6	100,0	
Outras Despesas Correntes	62,3	19,6	18,0	100,0	
Despesas de Capital	63,2	24,5	12,2	100,0	
Investimentos	31,0	41,3	27,7	100,0	
Inversões Financeiras	85,2	13,9	0,9	100,0	
Amortização da Dívida	79,6	15,6	4,8	100,0	

\* Despesa Orçamentária Empenhada líquida das Transferências Intergovernamentais.

Fonte: Estudo BID (2015).



# Despesa Primária descentralizada/municipalizada

Estrutura da Despesa por Função 2013					
RUBRICAS	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS	TOTAL	TOTAL
Despesa por Função* (R\$ milhões)	1.171.254	609.742	503.277	2.284.273	
Despesa por Função	51,3	26,7	22,0	100,0	100,0
Assistência Social	78,0	6,6	15,4	100,0	3,4
Previdência Social	78,9	16,8	4,3	100,0	24,7
Saúde	13,6	36,5	49,9	100,0	8,7
Atenção Básica	2,6	3,2	94,2	100,0	1,8
Assistência Hosp. e Ambulatorial	6,1	46,4	47,5	100,0	3,5
Demais Subfunções Saúde	27,4	43,9	28,6	100,0	3,3
Trabalho	96,4	1,5	2,0	100,0	3,0
Educação	20,5	36,7	42,8	100,0	11,0
Cultura	19,9	32,3	47,8	100,0	0,4
Direitos da Cidadania	9,6	87,2	3,2	100,0	0,5
Urbanismo	2,8	14,1	83,1	100,0	2,1
Habitação	0,1	47,9	52,0	100,0	0,3
Saneamento	0,9	27,8	71,3	100,0	0,7
Gestão Ambiental	35,4	35,7	29,0	100,0	0,5
Desporto e Lazer	8,2	53,8	38,0	100,0	0,4
Funções Sociais Universais	26,0	33,3	40,7	100,0	23,6
Funções Sociais Benefícios	80,8	15,1	4,1	100,0	27,7
Funções Urbanas	7,0	22,4	70,5	100,0	3,6
Soma Funções	52,4	23,4	24,2	100,0	54,9

\* Despesa Orçamentária Empenhada líquida das Transferências Intergovernamentais.

Fonte: Estudo BID (2015).



# Despesa Primária descentralizada/municipalizada

## Estrutura da Despesa por Função 2013

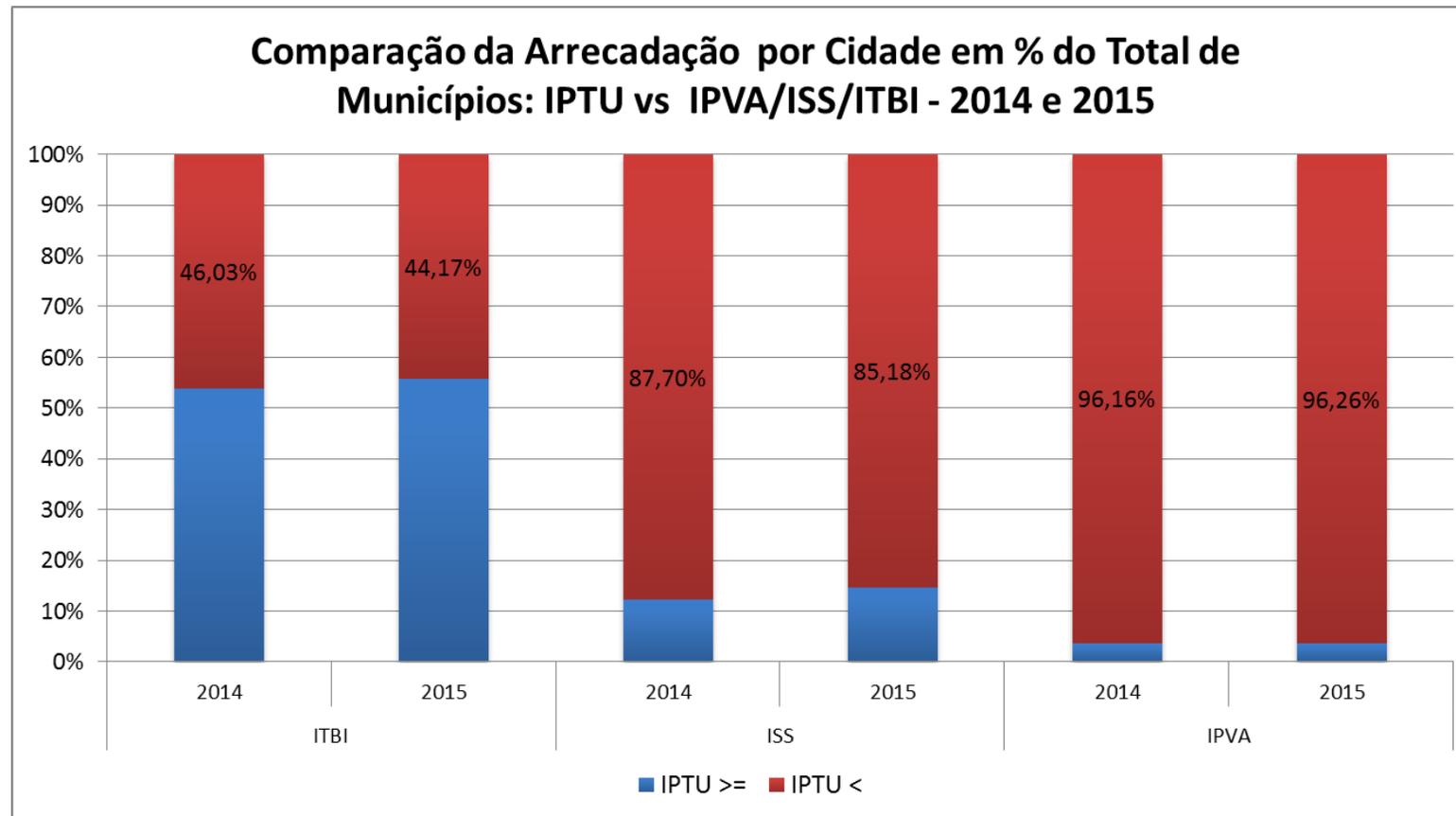
%

RUBRICAS	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS	TOTAL	TOTAL
Despesa por Função* (R\$ milhões)	1.171.254	609.742	503.277	2.284.273	
<b>Despesa por Função</b>	<b>51,3</b>	<b>26,7</b>	<b>22,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Ciência e Tecnologia	72,3	26,3	1,4	100,0	0,6
Agricultura	67,2	23,4	9,4	100,0	1,2
Organização Agrária	94,7	5,2	0,0	100,0	0,3
Indústria	44,2	46,6	9,2	100,0	0,2
Comércio e Serviços	44,7	33,2	22,1	100,0	0,3
Comunicações	43,6	40,7	15,7	100,0	0,1
Energia	33,6	37,0	29,3	100,0	0,1
Transporte	31,4	53,5	15,1	100,0	2,7
<b>Legislativa</b>	<b>20,1</b>	<b>43,4</b>	<b>36,6</b>	<b>100,0</b>	<b>1,3</b>
Judiciária	42,8	55,6	1,6	100,0	2,3
Essencial à Justiça	24,1	73,0	2,9	100,0	0,8
Defesa Nacional	100,0	-	0,0	100,0	1,6
<b>Segurança Pública</b>	<b>12,2</b>	<b>81,8</b>	<b>5,9</b>	<b>100,0</b>	<b>2,6</b>
Relações Exteriores	99,5	0,0	0,4	100,0	0,1
<b>Administração</b>	<b>19,7</b>	<b>32,1</b>	<b>48,2</b>	<b>100,0</b>	<b>4,3</b>
Encargos Especiais	83,1	13,0	3,9	100,0	17,1

Fonte: Estudo BID (2015).



# Desempenho Impostos Locais *comparados*



Fonte: Elaboração própria.

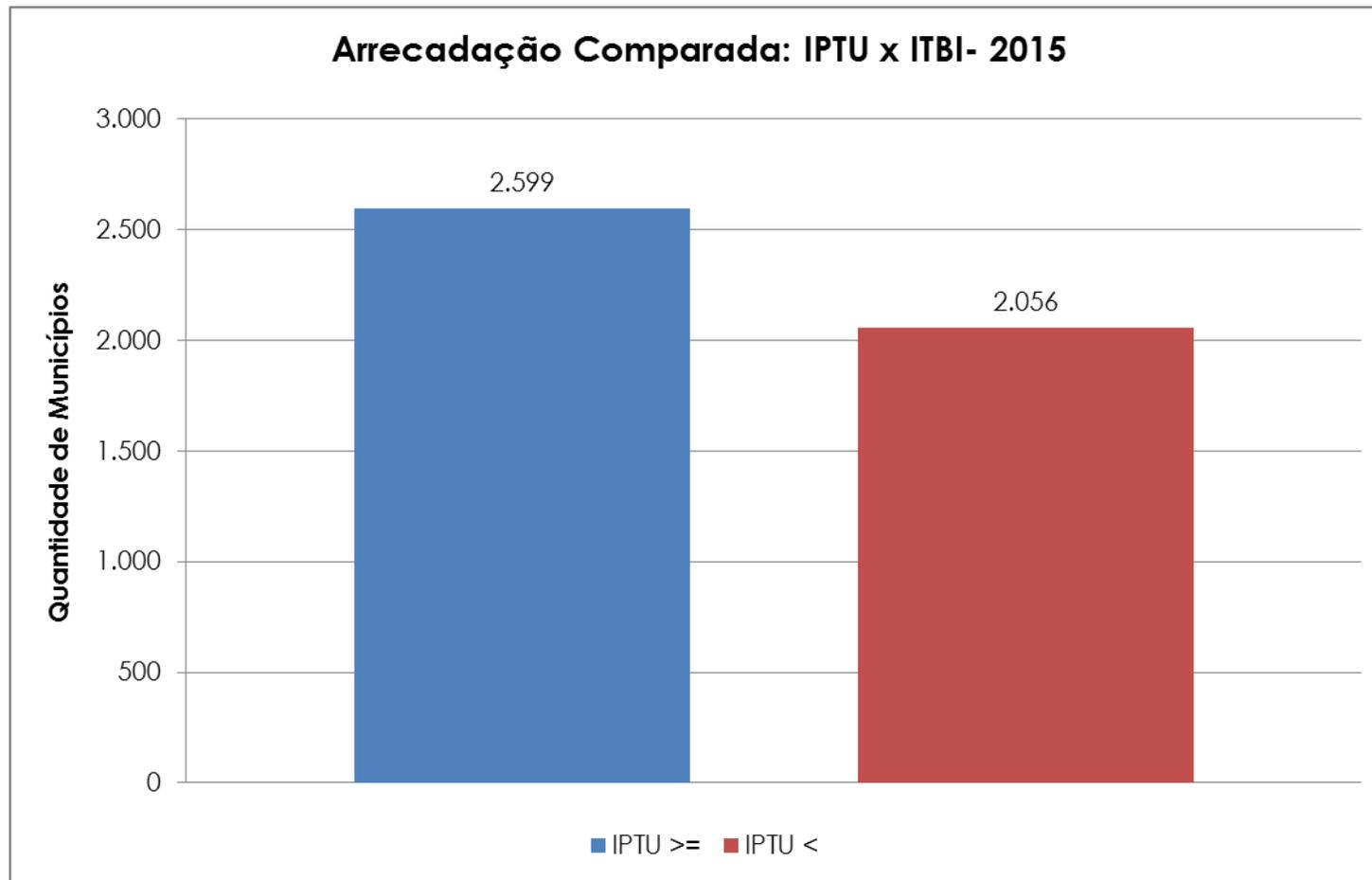
70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# IPTU x ITBI



Fonte: Elaboração própria.



# Potencial de aumento de IPTU

**Tabela 6 - Potencial Agregado de Expansão da Arrecadação do IPTU - 2014**

Faixa Populacional	Arrecadação Efetiva	Arrecadação Estimada	Var. %
	(a)	(b)	b/a
até 10 mil	224.788.837,79	894.424.402,40	297,9%
de 10.001 a 20 mil	424.604.446,74	2.147.696.474,31	405,8%
de 20.001 a 50 mil	1.159.078.711,49	2.121.531.234,62	83,0%
de 50.001 a 100 mil	1.559.001.995,10	3.136.459.590,94	101,2%
de 100.001 a 500 mil	6.086.225.480,50	8.267.296.430,52	35,8%
acima de 500 mil	15.062.766.568,14	17.922.759.932,27	19,0%
<b>Total</b>	<b>24.516.466.039,76</b>	<b>34.490.168.065,07</b>	<b>40,7%</b>
<b>Total em % do PIB</b>	<b>0,43%</b>	<b>0,61%</b>	<b>0,18%</b>

Elaboração própria. Fonte primária: Finbra/STN e IBGE.



# Financiamento inovador

---

- **Fontes não tradicionais:**
  - contribuições para regime de servidores
  - taxas, inclusive coleta de lixo
  - contribuição de iluminação pública
  - contribuições de melhoria
  - tributação de combustíveis (IVVC ou CIDE-M)
  - parcerias para serviços urbanos (até guarda municipal)
- **Investimento público:**
  - parcerias (PPP) e concessões mas para projetos de porte
  - atração de investimentos produtivos, sem guerra fiscal



# Revisitar conceitos

---

- Em uma federação, todos membros merecem mesmo tratamento, mas isso deveria se ater a princípios mas não descer a detalhes e limitar uma organização diferenciada de um para outro governo de diferentes portes.
- Importa a união na diversidade, mas não a unificação, e falta espaço e fomento para maior e melhor articulação entre governos do mesmo nível, sobretudo dos entornos de cidades pólos.
- Mudanças (constitucionais e legais) poderiam autorizar cidades de maior porte adotarem regras e práticas diferenciadas, inclusive para fins de cobrança de tributos (como de combustíveis) e de arranjos gerenciais nas metrópoles (resíduos sólidos e saneamento). Ou ainda poderia ser prevista a adoção de distritos para melhor gerencia de serviços públicos (como saúde).



---

# Observações Finais



# Conclusões

---

- **Cenário macro econômico sombrio:** pior crise econômica da República com prejuízos para todos os governos, sobretudo os que não podem se envidar; nenhuma perspectiva de retomada.
- **Prefeituras com raio de manobra cada vez mais reduzido:** recessão e crise de crédito reduzem arrecadação e transferências; inflação decrescente anula a postergação de aumentos e pagamentos;
- **Produtividade em ensino e saúde será chave do sucesso:** enorme pressão dos desempregados e sem poder expandir pessoal;
- **Melhores perspectivas para longo prazo:** estruturalmente municípios tem mais espaço que estados, inclusive para modernizar gestão.



# Prefeitos estão confiantes?

---

- Crítica situação da economia e das finanças públicas → expectativas deterioradas no meio empresarial
- Mas e entre os gestores públicos? Qual a percepção disso tudo?
- Não há um “termômetro” do sentimento dos prefeitos acerca da situação socioeconômica e institucional do país
- Indicador de confiança cobriria essa lacuna
- Justificativa: antecipar comportamentos das prefeituras e captar relação dos gestores com a população local
- Economia, finanças públicas e gestão pública seriam dimensões que poderiam ser investigadas



# Inovação Urbana

---

## Arq.Futuro

FINANCIAMENTO DA INOVAÇÃO  
URBANA: NOVOS MODELOS

ORGANIZAÇÃO  
Sergio Lazzarini

Sao Paulo  
1ª edição

BEI

70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



---

# Obrigado!

**José Roberto Afonso**  
é economista e contabilista,  
doutor pela UNICAMP,  
pesquisador do IBRE/FGV  
e professor do programa de mestrado do IDP.



---

# Anexos



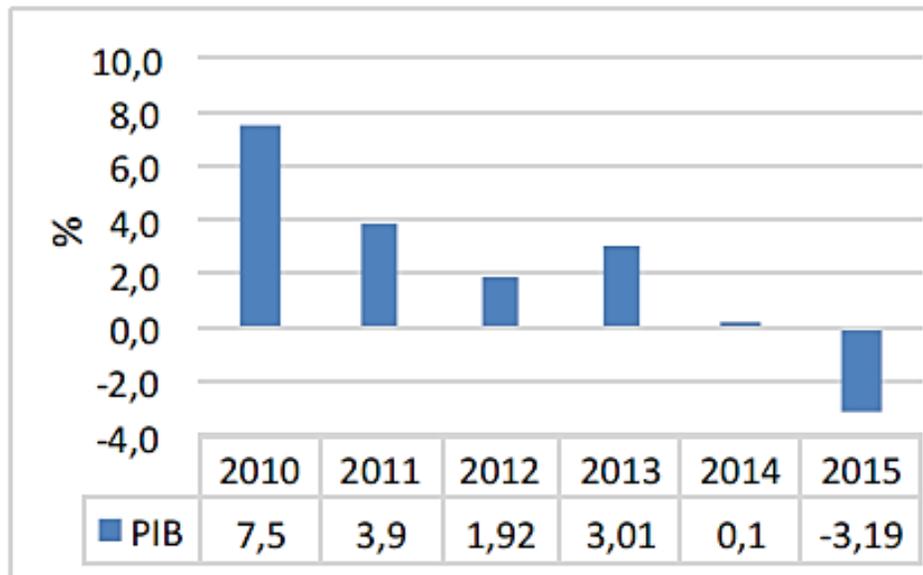
---

# Conjuntura Econômica

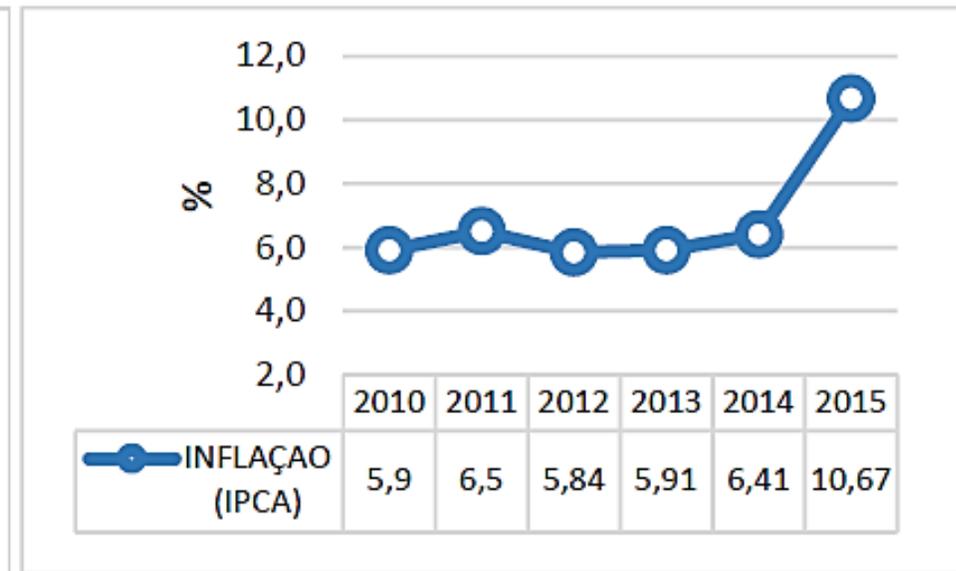


# Deterioração do cenário

## VARIAÇÃO DO PIB



## INFLAÇÃO (IPCA)

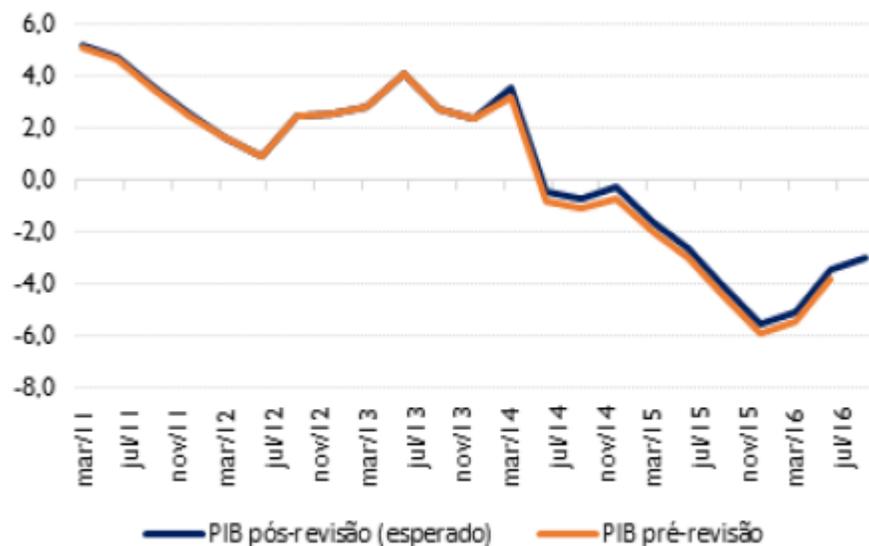


Fonte: Garson (2016).



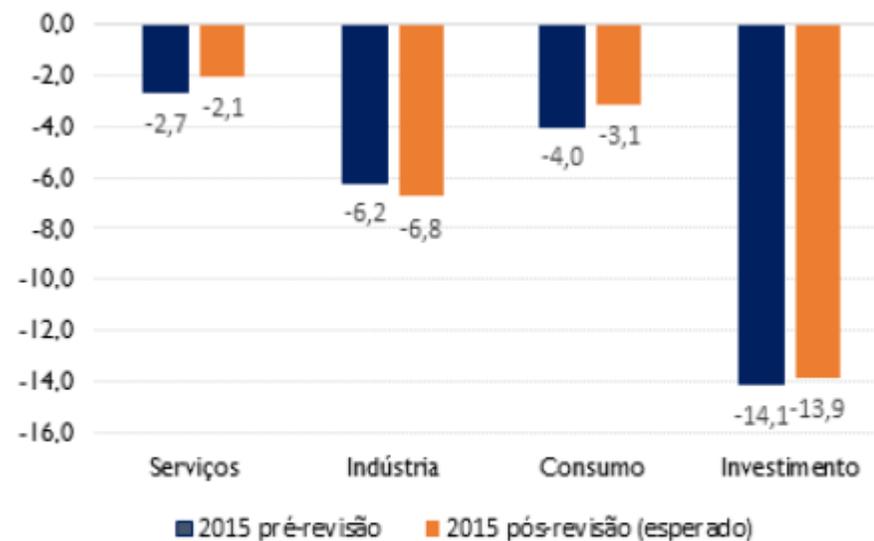
# Desempenho do PIB

### PIB (trimestre contra trimestre do ano anterior)



Fonte: IBGE. Elaboração: IBRE/FGV.

### Componentes do PIB (crescimento anual)



Fonte: IBGE. Elaboração: IBRE/FGV.

70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# PIB Setorial – projeção 2016

Tabela 1: Projeções PIB

Atividades	2016/2015
Consumo das Famílias	-3.8%
Consumo do Governo	-1.3%
Investimento	-11.3%
Exportação	6.4%
Importação	-11.0%
<b>PIB</b>	<b>-3.4%</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>-1.6%</b>
<b>Indústria</b>	<b>-4.1%</b>
Extrativa	-3.7%
Transformação	-7.0%
Construção Civil	-3.3%
Eletricidade e Outros	5.8%
<b>Serviços</b>	<b>-2.6%</b>
Comércio	-6,4%
Transporte	-6,8%
Serviços de informação	-3,4%
Intermediação financeira	-3,6%
Outros serviços	-2,4%
Aluguéis	0,1%
Administração pública	-0,2%

Fonte: IBGE. Elaboração: IBRE/FGV

70<sup>a</sup>

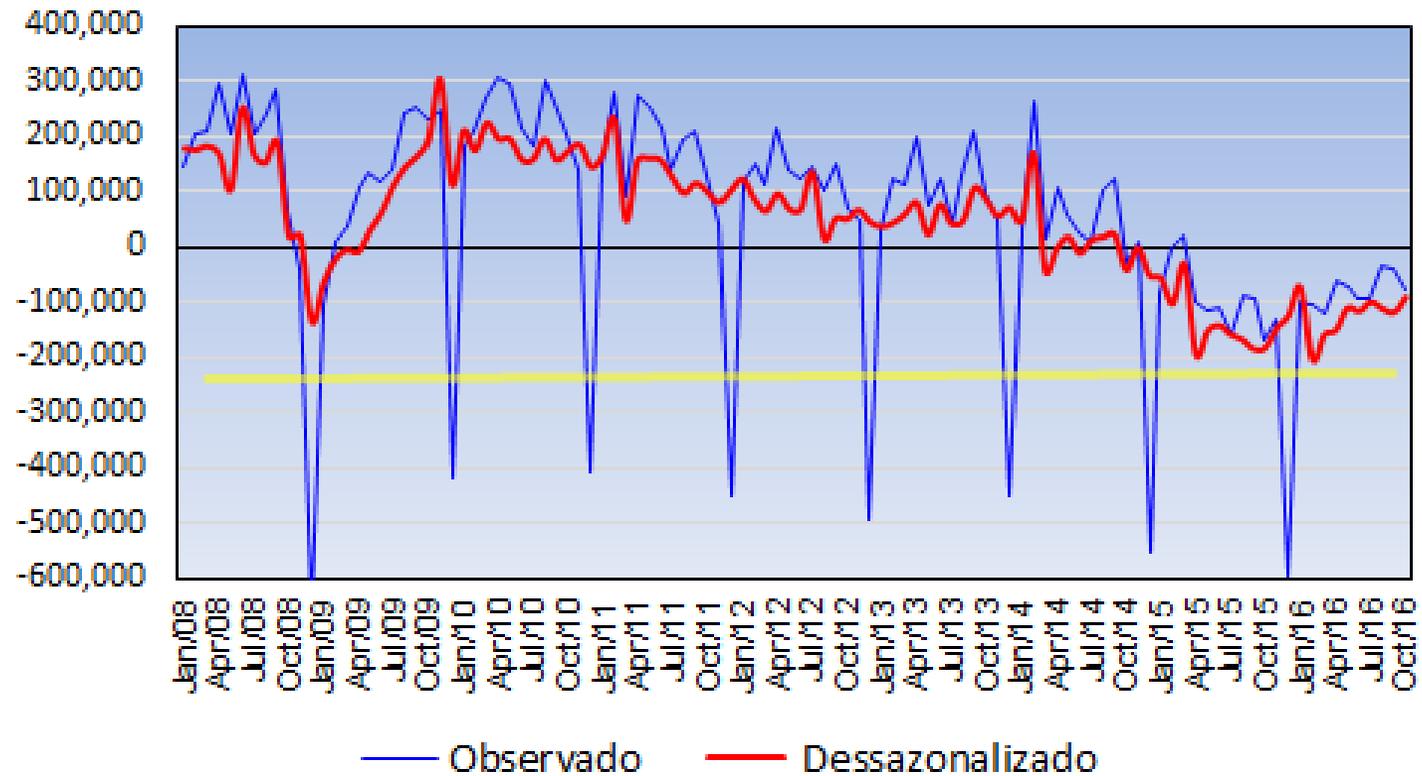
Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Geração de emprego

CAGED : Criação Líquida e Empregos Formais



Fonte: Tullett Prebon.



70<sup>a</sup>

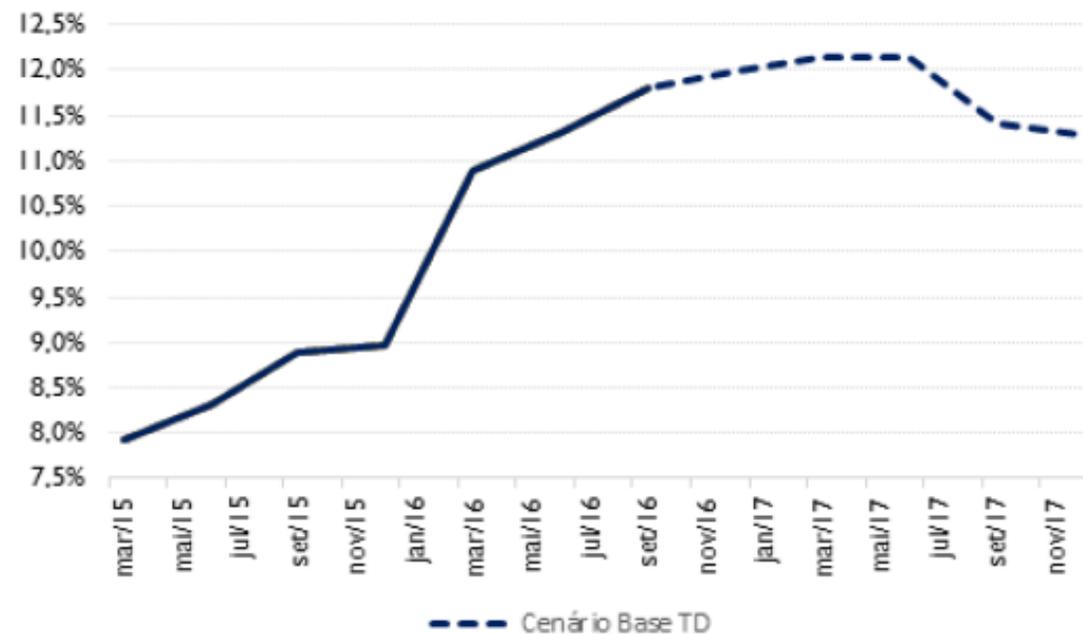
Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Desemprego

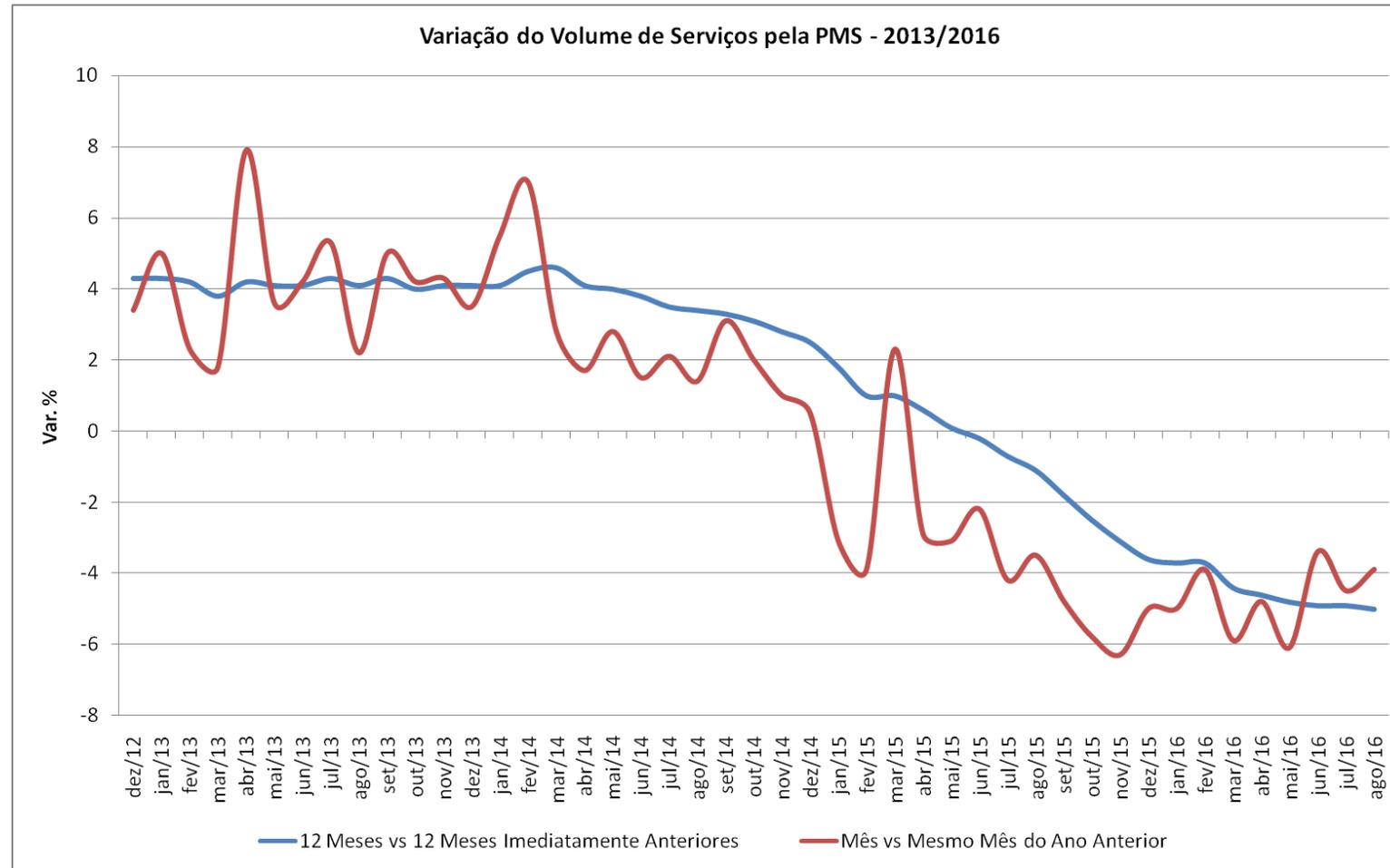
Taxa de Desemprego (variação AsA em %)



Fonte: IBGE. Elaboração: IBRE/FGV.



# Desempenho dos Serviços



Fonte: Elaboração própria.

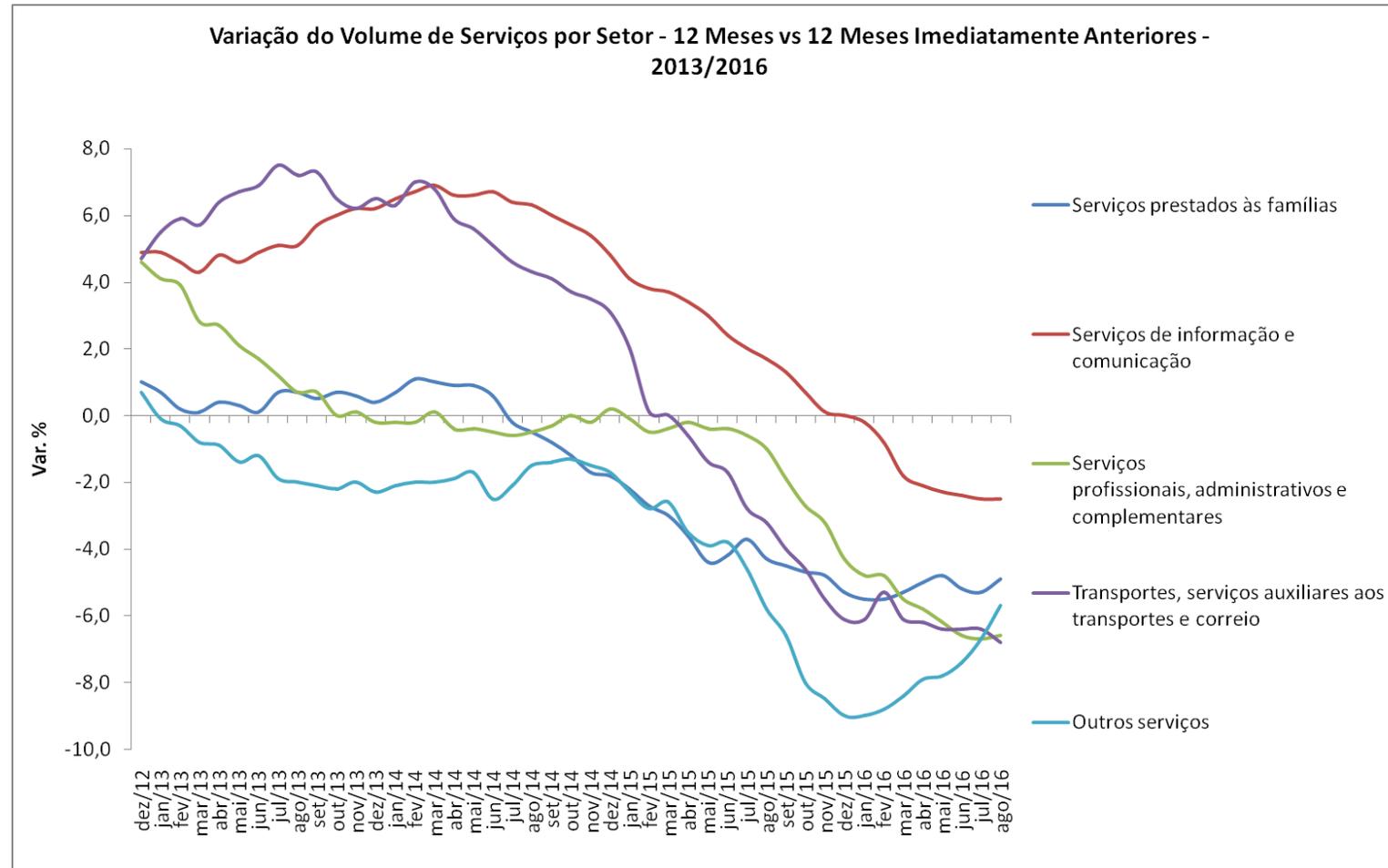
70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Desempenho Setorial dos Serviços



Fonte: Elaboração própria.

70<sup>a</sup>

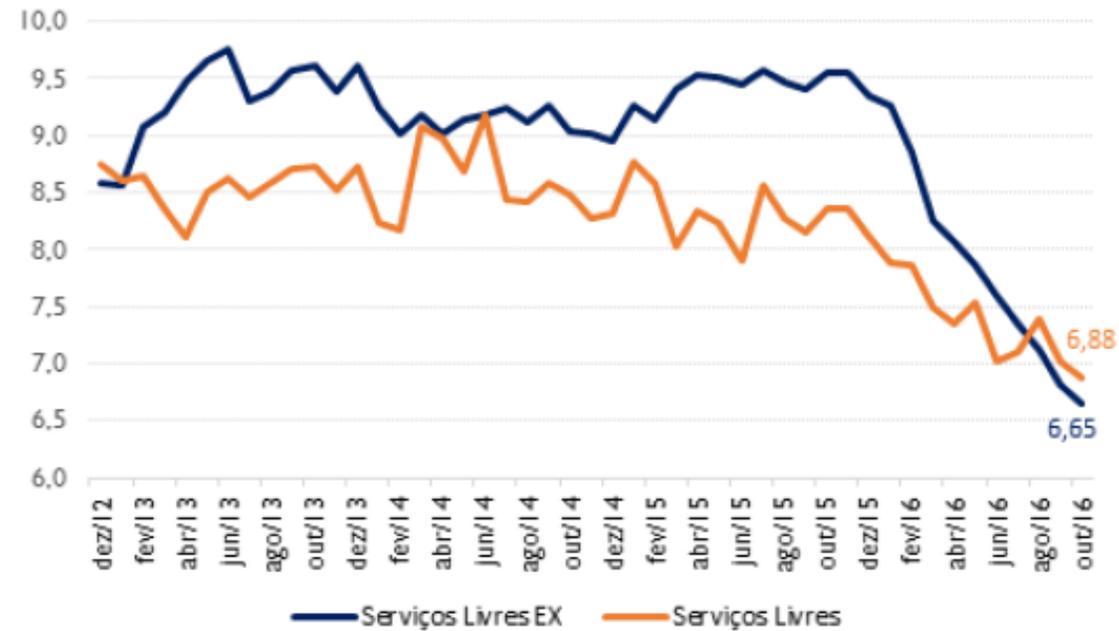
Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Inflação

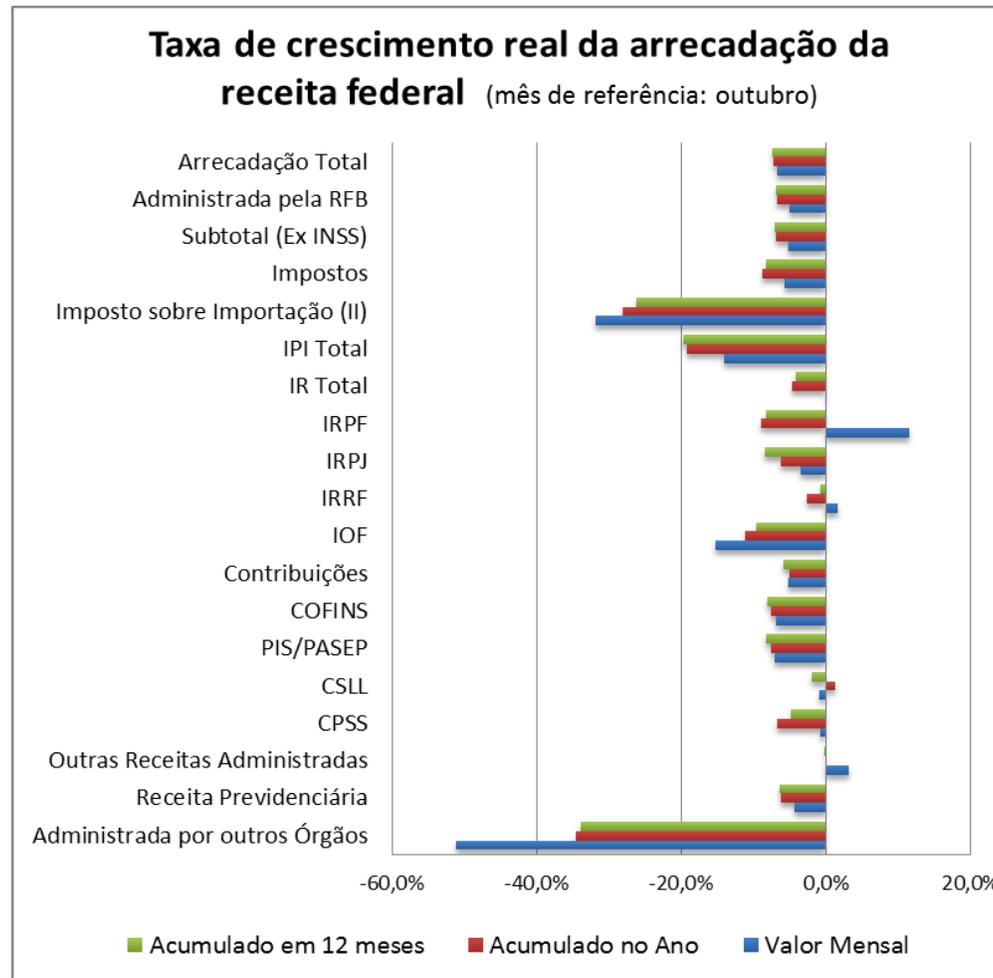
Evolução da Taxa em 12 Meses dos Serviços Ex e dos Serviços Livres do IPCA (%)



Fontes: IBGE; IBRE (elaboração própria com dados do IPCA). Elaboração: IBRE/FGV.



# Detalhamento da Receita Federal



Fonte: Elaboração própria.

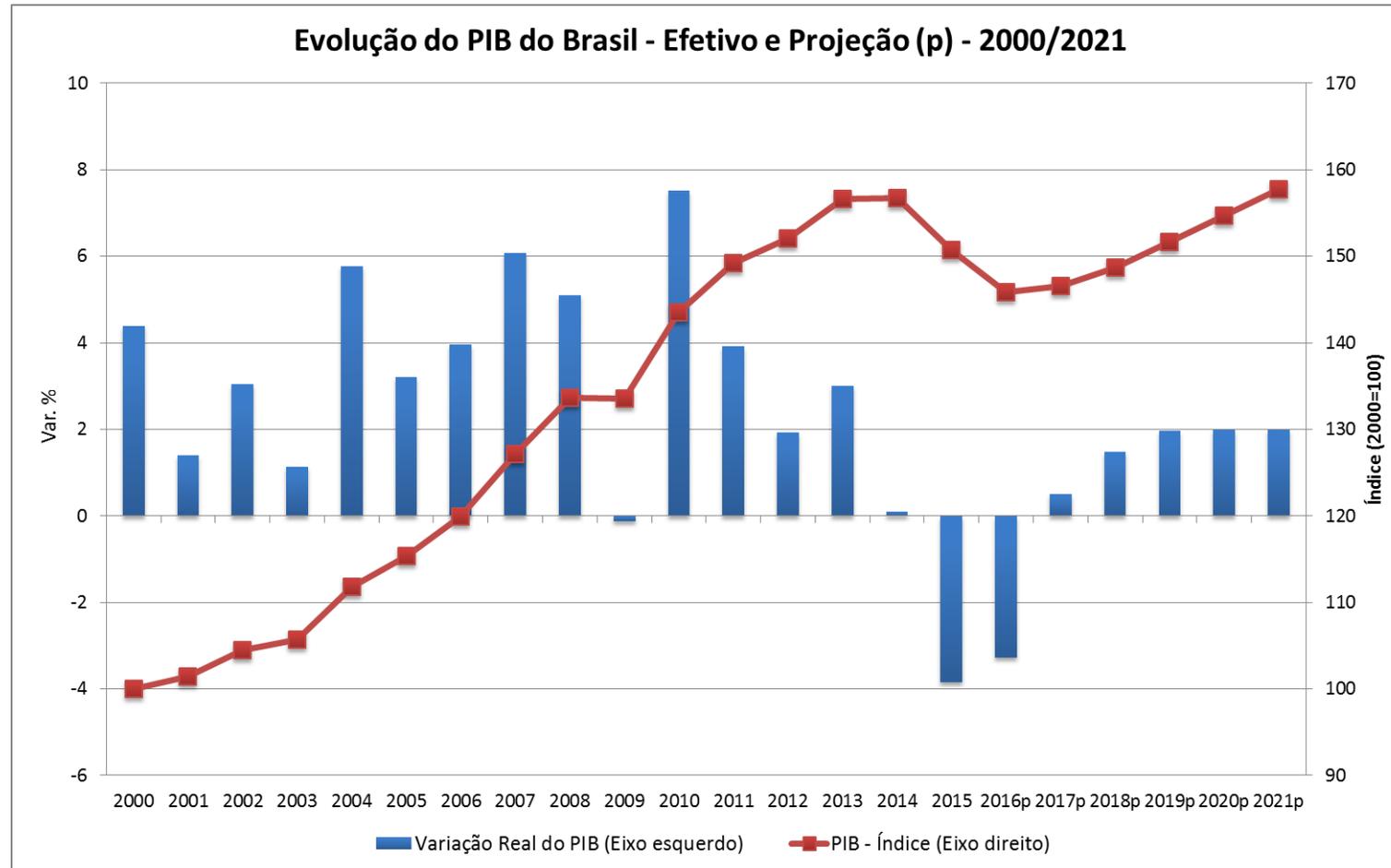
70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# FMI: Projeção do PIB 2016/2021



Fonte: WEO/FMI.

70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# Despesa Empenhada 2013

RUBRICAS	UNIÃO	ESTADOS	MUNICÍPIOS
<b>Despesa Total</b>	<b>1.440.396.820.278</b>	<b>669.170.909.034</b>	<b>400.116.546.562</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>1.188.879.173.623</b>	<b>578.452.224.144</b>	<b>356.522.605.339</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>205.299.154.852</b>	<b>244.734.644.213</b>	<b>185.937.810.681</b>
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>141.705.984.850</b>	<b>22.175.995.574</b>	<b>4.298.004.449</b>
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>841.874.033.921</b>	<b>311.541.584.357</b>	<b>166.286.790.209</b>
<b>Transferências Intergov.</b>	<b>269.377.729.080</b>	<b>131.481.825.296</b>	<b>612.903.805</b>
Transferências a Estados (inclusive FUNDEB)	117.786.132.213	2.086.000	522.431.126
Transferências a Municípios (inclusive FUNDEB)	151.591.596.867	131.479.739.296	90.472.680
Demais Despesas Correntes	572.496.304.841	180.059.759.061	165.673.886.403
<b>Despesas de Capital</b>	<b>251.517.646.655</b>	<b>90.718.684.890</b>	<b>43.593.941.223</b>
<b>Investimentos</b>	<b>66.645.298.543</b>	<b>56.713.147.810</b>	<b>35.787.721.441</b>
Transferências a Estados	9.078.809.191	0	34.650.689
Transferências a Municípios	17.591.795.839	3.471.086.855	12.726.925
Demais investimentos	39.974.693.514	53.242.060.955	35.740.343.827
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>67.166.319.316</b>	<b>10.983.941.298</b>	<b>714.412.373</b>
<b>Amortização da Dívida</b>	<b>117.706.028.796</b>	<b>23.021.595.782</b>	<b>7.091.807.409</b>

Fonte: BID (2015).



---

# Lei Responsabilidade Fiscal





# Síntese

---

- Compromissos permanentes, como dívida e gastos com pessoal, são limitados a partir da Constituição e controlados com base na LRF.
- Senado limita a dívida líquida municipal (DCL) a 120% da receita corrente (RCL) e LRF limita gasto com pessoal a 60% da RCL.
- LRF estabelece prazos e condições para verificar cumprimento (a cada quadrimestre) e, no caso de eventual excesso, também determina providências para reconduzir o limite e sanções ao ente federado.
- Lei de crimes fiscais prevê reclusão, se autorizar crédito durante o excesso, e crime de responsabilidade, se não ordenar redução da dívida.



# LRF, exceções: recessão

---

Art. 66. **Os prazos estabelecidos** nos arts. 23, **31** e 70 **serão duplicados no caso de crescimento real baixo** ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres.

§ 1º Entende-se por baixo crescimento a taxa de variação real acumulada do Produto Interno Bruto inferior a 1% (um por cento), no período correspondente aos quatro últimos trimestres.

....

§ 3º Na hipótese do *caput*, continuarão a ser adotadas as medidas previstas no art. 22.

§ 4º Na hipótese de se verificarem mudanças drásticas na condução das políticas monetária e cambial, reconhecidas pelo Senado Federal, o prazo referido no *caput* do art. 31 poderá ser ampliado em até quatro quadrimestres.



# LRF, exceções: calamidade

---

Art. 65. Na ocorrência de **calamidade pública reconhecida** pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou **pelas Assembléias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:**

I - serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23 , 31 e 70;

II - **serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho** prevista no art. 9º.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* no caso de estado de defesa ou de sítio, decretado na forma da Constituição.

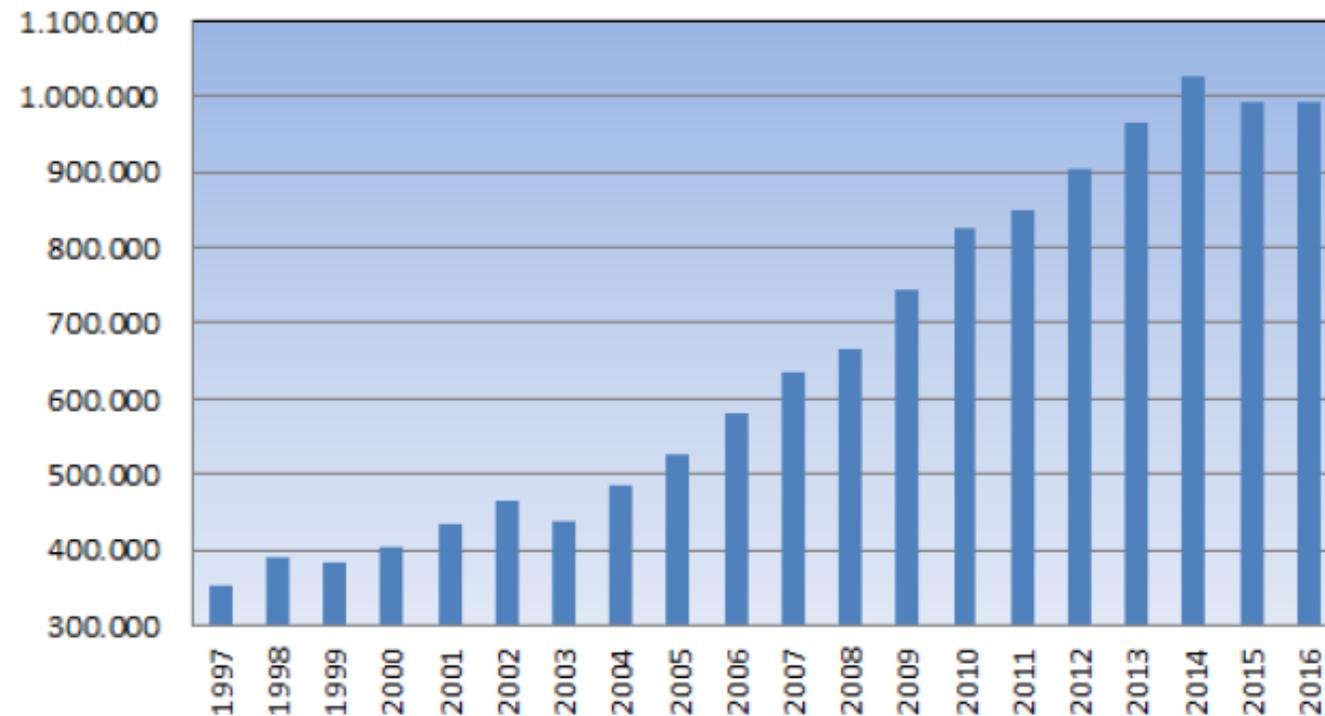
---

# Governo Federal: PEC Limite do Gasto



# Gasto Real Total 1997 - 2016

Gasto Real Total R\$ milhões jan-out



Fonte: Tullett Prebon.

70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# PEC limite do gasto federal e relações federativas

---

- **Tese básica do governo federal e defensores da medida:**
- Simulações referentes aos impactos federativos → dilema entre maior **aperto** no **curto prazo**, em troca de maiores **ganhos** no **médio** e **longo prazos**
- Principal impacto da PEC sobre as relações da União com estados e municípios: **redução das transferências voluntárias**
  - tendo em vista que as transferências previstas na Constituição não serão afetadas
- Diferença no valor dessas transferências a favor do cenário sem PEC atinge R\$ 1,8 bilhão para estados e R\$ 2,8 bilhões para os municípios em 2026

• *CONTINUA*



# PEC limite do gasto federal e relações federativas

---

- A **arrecadação total** de estados e municípios **umentaria muito** no cenário com Novo Regime Fiscal se ele provocar forte aceleração do crescimento
  - efeitos positivos da PEC já seriam sentidos a partir de 2017 e, em 2026, superariam R\$ 150 bilhões para os estados e R\$ 90 bilhões para os municípios.
- Analistas concluem que, se trouxer algum prejuízo para os entes subnacionais, será no curto prazo. No médio prazo, a PEC é vantajosa
  - O que estados e municípios perdem com transferências da União, mais do que compensam com o crescimento das demais receitas
  - Liquidamente, ganho para a arrecadação dentro de 10 anos: em torno de 20% de suas atuais receitas



# PEC limite do gasto federal e relações federativas

Dependência dos Estados para com as transferências afetadas pelo Novo Regime Fiscal.

UF	Total Receitas (R\$ bilhões)	Receitas Correntes (R\$ bilhões)	Transferências correntes (R\$ bilhões)			Total Transferências NRF (correntes + capital), em R\$ bilhões	Transferências NRF correntes/receitas correntes	Total transferências NRF/receitas totais
			Total	Fora do NRF	Afetadas pelo NRF			
AC	5,6	5,1	2,9	2,6	0,3	0,3	5,5	5,2
AL	9,2	8,4	3,7	3,4	0,3	0,7	4,0	7,3
AM	15,8	15,0	3,4	2,7	0,7	0,8	4,5	5,1
AP	5,1	4,8	2,9	2,6	0,2	0,2	5,1	4,8
BA	43,7	39,3	10,3	8,4	1,9	2,3	4,9	5,2
CE	24,0	21,1	6,8	6,1	0,7	1,1	3,2	4,4
DF	27,7	27,0	7,9	6,8	1,1	1,1	4,0	4,1
ES	19,4	16,9	3,6	2,8	0,8	0,8	4,7	4,2
GO	27,0	25,1	2,9	2,4	0,5	0,5	2,0	2,0
MA	15,9	14,7	6,8	6,3	0,5	0,5	3,2	3,1
MG	83,4	72,8	6,8	4,4	2,4	2,6	3,3	3,1
MS	16,0	12,0	1,4	1,1	0,3	0,3	2,3	2,1
MT	18,2	16,4	2,5	1,7	0,7	0,8	4,6	4,2
PA	23,8	22,8	6,6	5,9	0,7	0,7	3,0	3,1
PB	11,9	10,9	4,0	3,8	0,3	0,4	2,3	3,3
PE	30,9	27,3	7,4	5,8	1,6	1,9	6,0	6,1
PI	10,0	9,0	3,8	3,4	0,4	0,4	4,3	4,1
PR	43,6	43,1	4,5	2,6	1,9	1,9	4,4	4,4
RJ	79,1	68,9	3,3	1,9	1,4	1,7	2,0	2,2
RN	11,9	11,1	3,8	3,4	0,4	0,4	3,3	3,2
RO	8,3	8,0	2,5	2,2	0,3	0,3	3,6	3,7
RR	3,8	3,6	2,0	1,9	0,1	0,2	2,7	4,8
RS	55,1	45,5	4,0	2,4	1,6	1,6	3,5	3,0
SC	30,8	28,2	2,3	1,3	1,0	1,1	3,6	3,4
SE	9,2	8,5	3,6	3,3	0,3	0,3	3,5	3,3
SP	219,0	184,0	18,0	5,0	13,0	13,3	7,1	6,1
TO	9,1	8,2	3,7	3,4	0,3	0,3	4,1	3,8
<b>TOTAL</b>	<b>857,9</b>	<b>757,5</b>	<b>131,5</b>	<b>97,9</b>	<b>33,6</b>	<b>36,6</b>	<b>4,4</b>	<b>4,3</b>

Fonte: Tesouro Nacional.

Fonte: Springer (2016).

70<sup>a</sup>

Reunião Geral  
Frente Nacional  
de Prefeitos

28 a 30 de novembro de 2016  
Campinas / SP



# PEC limite do gasto federal e relações federativas

Número de municípios e população residente por faixa de participação das transferências NRF sobre as receitas municipais.

Importância das transferências NRF (faixa %)	Nº de municípios				População (em milhões)			
	Receitas Correntes	%	Receitas Totais	%	Receitas Correntes	%	Receitas totais	%
0% a 5%	431	8,7	183	3,7	20,0	10,8	16,2	8,8
5% a 10%	2168	43,8	1590	32,1	63,8	34,6	56,7	30,7
10% a 20%	2176	44,0	2796	56,5	88,7	48,1	95,3	51,7
20% a 30%	142	2,9	340	6,9	10,6	5,7	14,9	8,1
30% a 50%	19	0,4	27	0,5	1,2	0,7	1,3	0,7
Acima de 50%	11	0,2	11	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1
<b>Total</b>	<b>4947</b>		<b>4947</b>		<b>184,5</b>		<b>184,5</b>	

Fonte: Finbra 2015, Tesouro Nacional.

Fonte: Springer (2016).



# Atraso na prestação de contas de 2015

## Prestação de contas

Balanço da entrega das DCAs de 2015\*

■ Total de declarações homologadas

4.786\*\*

■ Municípios que entregaram a Declaração de Contas Anuais (DCA)

86%

■ População dos municípios que entregaram a DCA

180,3 milhões

■ Total da população dos municípios que entregaram a DCA em relação à população do país

90,2%

Fonte: STN/Siconfi. \*até 15/7/2016. \*\*2.740 entregues dentro do prazo legal, encerrado em 30/4



---

**José Roberto Afonso** é economista e contabilista,  
doutor pela UNICAMP, pesquisador do IBRE/FGV e professor do programa de mestrado do IDP.

Kleber Castro coordenou e Juliana Damasceno deu suporte à pesquisa.

Mais trabalhos, próprios e de terceiros, no portal:  
[www.joserobertoafonso.com.br](http://www.joserobertoafonso.com.br)



## **EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE (DISCLAIMER)**

Este relatório foi elaborado para uso exclusivo de seu destinatário, não podendo ser reproduzido ou retransmitido a qualquer pessoa sem prévia autorização.

As informações aqui contidas tem o propósito unicamente informativo.

As informações disponibilizadas são obtidas de fontes entendidas como confiáveis.

Não é garantida acurácia, pontualidade, integridade, negociabilidade, perfeição ou ajuste a qualquer propósito específico das fontes primárias de tais informações, logo não se aceita qualquer encargo, obrigação ou responsabilidade pelo uso das mesmas.

Devido à possibilidade de erro humano ou mecânico, bem como a outros fatores, não se responde por quaisquer erros ou omissões, dado que toda informação é provida "tal como está", sem nenhuma garantia de qualquer espécie.

Nenhuma informação ou opinião aqui expressada constitui solicitação ou proposta de aplicação financeira.

As disposições precedentes aplicam-se ainda que venha a surgir qualquer reivindicação ou pretensão de ordem contratual ou qualquer ação de reparação por ato ilícito extracontratual, negligência, imprudência, imperícia, responsabilidade objetiva ou por qualquer outra maneira.

